



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
03/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
03/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Aos três dias do mês de março de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:35 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 5, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 4 DE FEVEREIRO DE 2016
3. APROVAÇÃO DA ATA N.º 6, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016
4. REQ. N. 165/16, DATADO DE 03/02/2016 – PC N.º 46/16, DATADO DE 03/02/2016 – REGINA MARGARIDA GUERRA MENDES FERNANDES BABAU E PAULO SÉRGIO DA CRUZ BABAU
5. REQ. N. 1813/15, DATADO DE 03/12/2015 – PC N.º 54/15, DATADO DE 27/02/2015 – PAULO JORGE OLIVEIRA PINTO

6. REQ. N. 1544/15, DATADO DE 22/10/2015 – PC N.º 257/15, DATADO DE 29/07/2015 – LUÍS FILIPE SILVA GASPAR E PEDRO MIGUEL DA SILVA GASPAR
7. REQ. N. 1613/15, DATADO DE 04/11/2015 – PC N.º 410/15, DATADO DE 04/11/2015 – AMILCAR DA SILVA SANTOS, LUZIA CARMO FERREIRA PEDROSA SANTOS, ALBERTO RIBEIRO DOS PRAZERES, ALFREDO TEIXEIRA DOS PRAZERES E VÍTOR MANUEL RODRIGUES TEIXEIRA DOS PRAZERES
8. REQ. N. 119/16, DATADO DE 28/01/2016 – PC N.º 253/15, DATADO DE 28/07/2015 – TECNIFREZA-INDÚSTRIA DE MOLDES, S.A.
9. REQ. N. 202/16, DATADO DE 11/02/2016 – PC N.º 402/15, DATADO DE 30/10/2015 – ARTUR SOARES ALVES
10. REQ. N. 36/16, DATADO DE 11/01/2016 – PC N.º 409/15, DATADO DE 04/11/2015 – AFONSO MIGUEL SANTOS COELHO CARDEIRA
11. REQ. N. 210/16, DATADO DE 12/02/2016 – PC N.º 431/14, DATADO DE 10/12/2014 – JERÓNIMO FERNANDES TOMÉ
12. REQ. N. 204/16, DATADO DE 11/02/2016 – PC N.º 124/10 , DATADO DE 31/05/2010 – MARIA ADELAIDE FERREIRA MIQUELIS SANTOS SAMPAIO
13. REQ. N. 781/15, DATADO DE 03/06/2015 – PC N.º 211/2015, DATADO DE 03/06/2015 – FLÁVIO COELHO TEIXEIRA
14. REQ. N. 1794/14, DATADO DE 24/11/2014 – PC N.º 38/2013, DATADO DE 04/02/2013 – NÁDIA ISABEL DE OLIVEIRA COELHO
15. REQ. N. 862/14, DATADO DE 11/06/2014 – PC N.º 365/13, DATADO DE 04/10/2013 – CHAINS OF FUN - BAR, LDA
16. REQ. N. 1767/13, DATADO DE 30/10/2013 – PC N.º 301/11, DATADO DE 04/08/2011 – ANTÓNIO COSTA GODINHO
17. E/885/2016 . PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE BAIXADA ELÉTRICA - CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.
18. REQ. N. 216/16, DATADO DE 15/02/2016 – PC N.º 159/2015, DATADO DE 29/03/2012 – CRESMOEL - CENTRAL DE RESERVAS E GESTÃO DE HABITAÇÕES LDA

19. REQ. N. 252/16, DATADO DE 23/02/2016 – PC N.º 416/15, DATADO DE 06/11/2015 – NUNO MIGUEL GOMES FERREIRA NORTE DE JESUS
20. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
21. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: CÉLIA MARGARIDA DOMINGUES CASEIRO – DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE DEFERIMENTO CONDICIONADO DO PEDIDO, DE 25.06.2015 – APRESENTAÇÃO DE FATURA NA DFTI, PARA EFEITOS DE PAGAMENTO, COM VALORES DISTINTOS AOS ORÇAMENTADOS E ÀQUELES PRESENTES NA REUNIÃO CAMARÁRIA DE 25.06.2015 - APRECIAÇÃO
22. EMPREITADA DE: ABERTURA DE ARRUAMENTO PARALELO À ESTRADA DOS GUILHERMES E DUAS INTERSECÇÕES GIRATÓRIAS - CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2010. EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.
23. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 128º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS E NOS TERMOS DO PRECEITUADO NO N.º 5, DO ARTIGO 75º, DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
24. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE *“RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE”* PARA O PERÍODO DE 54 MESES, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
25. ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA PARA A *“RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE”* PARA O PERÍODO DE 54 MESES.
26. P.A. N.º 83/2014 - AP/DISU - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO E EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL - MODIFICAÇÃO CONTRATO N.º 1/2015
27. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE. ADITAMENTO PARA 2016.
28. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE *“MANUTENÇÃO DA ZONA DESPORTIVA DA MARINHA GRANDE”* PARA O PERÍODO DE 24 MESES, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

29. REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA DE LEIRIA /PRAIA DA VIEIRA – CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2016. DELIBERAÇÃO INICIAL.
30. AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS – AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO EXCECIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL E DO N.º 2 DO ART.º 6.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL
31. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MARINHA GRANDE
32. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VIEIRA DE LEIRIA
33. APRECIÇÃO DE CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 3º E 4º TRIMESTRE DO ANO 2015, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE
34. REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO DE DORA DE JESUS DA SILVA MARQUES, INQUILINA RESIDENTE NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE N.º 30, CAMARNAL, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.
35. TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 1.º ESQUERDO DO BLOCO M, SITO NA AVENIDA DA LIBERDADE, CASAL DE MALTA, A FAVOR DE MARIA DEL CARMEN BERMUDEZ MATA, POR MOTIVO DE FALECIMENTO DO TITULAR DO CONTRATO.
36. REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO REFERENTE À HABITAÇÃO TRANSMITIDA, POR MORTE DO TITULAR, A FAVOR DE MARIA DEL CARMEN BERMUDEZ MATA, SITA NA AVENIDA DA LIBERDADE BLOCO M 1.º ESQUERDO, CASAL DE MALTA.
37. RESUMO DE TESOURARIA

Antes de dar início ao período para intervenção do público, o Sr. Presidente referiu o seguinte:

- Saudou o regresso do Sr. Vereador António Santos, a quem deu as boas vindas.
- Apresentou o Rodolfo, jovem estudante do 9.º ano, que está integrado num programa escolar e que pretende vir a ser político, daí que durante todo o dia de hoje vá acompanhar o Presidente da Câmara no desempenho das suas funções.



1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se e foram atendidos os seguintes munícipes:

1 – Sr. Júlio Franco Rosa, residente na Rua General Humberto Delgado, n.º 20, Marinha Grande, que expôs os seguintes assuntos:

- Perguntou o que se passou para que o Tribunal Comercial não tivesse sido instalado na Marinha Grande.
- Demonstrou o seu descontentamento com o atendimento telefónico no dia 19/02/2016, aquando da sua ligação para comunicar a contagem da água, em que o funcionário o pôs a ouvir música por três vezes. À quarta vez, quando foi atendido, exaltou-se, tendo o funcionário respondido que não pode atender duas chamadas ao mesmo tempo. Embora não saiba quais os meios de que o funcionário dispõe, como munícipe não aceita esta situação.
- Referiu que o tempo de demora na compra das senhas de alimentação é demasiado. Teve conhecimento de uma situação, ocorrida no dia 22 de fevereiro, em que a pessoa esperou 2 horas, e foi-se embora sem ser atendida.
- Por outro lado as filas para o pagamento de água são também enormes, o que faz com que as pessoas tenham que se deslocar aos serviços várias vezes. Na sua opinião são situações inaceitáveis.
- Por último questionou como é que a Câmara consegue saber quais as ruas onde há buracos. Para ajudar nesta situação enumerou alguns desses locais: Rua do Cotovelo (buraco); Rua da Figueira (passeio sem pedra de calçada); Casal do Malta (passeio sem pedra de calçada). São situações que não tolera, tanto mais que a Câmara dispõe de meios financeiros para resolver estes problemas.

2 – Sr. Joaquim Loureiro Andrade, residente na Praceta do Vidreiro, n.º 4, 2.º esq.º, Marinha Grande, que pretende obter esclarecimentos sobre o ofício enviado pela Câmara, referente a substituição do contador de água, e que recebeu no dia 01/03/2016. Segundo referiu trata-se de um pedido de resposta apresentado pela sétima vez. Na sua opinião há um conflito entre o que o Código da Boa Conduta Administrativa diz e aquilo que vem na carta que o Sr. Presidente lhe enviou no dia 01/03/2016, por correio registado. Esta carta não responde às suas questões, e ainda por cima põe em causa a palavra de outros moradores. Parece-lhe que alguém anda a “remar contra a maré” nesta casa, pelo que pediu ao Sr. Presidente que chame a esta sala o ou a responsável pelo serviço de águas e que apresente todos os documentos do processo.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte:

1 – **Sr. Júlio Rosa** – informou que só vinha preparado para responder à questão do atendimento telefónico, uma vez que foi com esse assunto que se inscreveu para o atendimento. Assim, referiu que apesar de a música ser normal na espera do atendimento, a contagem da água foi registada e pensa que o funcionário não terá sido indelicado. Informou que neste momento está a ser feita a renovação e atualização de dados dos contratos de fornecimento de água, daí o volume de trabalho.

Relativamente ao pagamento de água, informou que há estabelecimentos do concelho onde se pode pagar a água, são os chamados “PAGAQUI”.

Sobre a questão do Tribunal disse que não está preparado para responder, mas vai tentar saber. Contudo, do que conhece, a Câmara não colocou qualquer entrave à instalação.

Em relação ao arranjo dos passeios, informou que não há calceteiros no quadro da Câmara, e por isso quando a situação é só para remediar socorrem-se dos pedreiros, quando são situações de maior dimensão tem que ser lançado um procedimento, estando um em curso neste momento.

2 – **Sr. Joaquim Andrade** – informou que os contadores de água do prédio têm que ser substituídos, e é isso que está a ser feito. Referiu que tem consigo todos os documentos do processo e que conhece bem o mesmo. Esclareceu que em novembro de 2015 a Câmara notificou os proprietários, para irem ao prédio, e nessa deslocação constataram que a rede predial, que é da responsabilidade dos proprietários, não estava em condições para a colocação do contador. Já foram notificados para fazerem essa reparação, mas ainda não informaram a Câmara se já o fizeram. Só depois disso é que a Câmara pode ir colocar o contador. Esta é a resposta verdadeira e aquela que a Câmara tem para dar, embora possa não agradar.

O **Sr. Joaquim Andrade** protestou e pretendia intervir.

O **Sr. Presidente** informou que se quiser fazer nova intervenção terá que se voltar a inscrever.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Deixou um cumprimento especial ao jovem Rodolfo, desejando que ele venha a ser um grande político e que saiba filtrar o que é verdade e o que não é.
- ⇒ Agradeceu a todos os que lhe desejaram as melhoras rápidas e todo o apoio que lhe deram neste momento da sua vida.
- ⇒ PEM – foi à reunião de apresentação, gostou do que ouviu, mas convém lembrar o anúncio que passa na televisão: há os que só falam, há os que só fazem, e há os que fazem mas que falam daquilo que fazem. Aplaude o PEM mas agora é preciso falar do que estão a fazer. O que se pretende do PEM e qual o resultado. O Orçamento Municipal de 2016, que também votou, é muito mais do que o PEM, é a desmaterialização de toda a Câmara, é a sinalética, que não há na Marinha Grande, e também o mais importante, o mercado municipal.
- ⇒ Vírus Zika – pretende falar deste assunto porque se trata de um vírus que pode dizimar muita gente, e tanto quanto percebeu o vírus desenvolve-se também a partir das lixeiras a céu aberto. Ouviu dizer que havia saneamento a céu aberto em alguns concelhos, e como às vezes tem ouvido dizer que na Moita há saneamento a céu aberto, pede que se tomem providências para que não haja ali um foco de desenvolvimento deste vírus.
- ⇒ Tribunal de Comércio – também vinha preparado para falar deste assunto. Segundo lhe constou, parece que Bombarral deu facilidades e tem um Tribunal e a Marinha Grande não tem. Pretende saber se o Presidente está a par desta situação.
- ⇒ Pretende saber qual o ponto de situação do prédio que está a ser construído em S. Pedro de Moel, onde era a antiga pensão do Sr. Emílio Rato.
- ⇒ Deu conhecimento do e-mail que recebeu de um munícipe, que alerta para a existência de tampas de saneamento danificadas na Rua da Aventura, no Brejo da Embra, junto à saída das garagens de um condomínio, e que constituem perigo.

O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Agradeceu a intervenção do Sr. Júlio Rosa e referiu que as críticas feitas são um estímulo à mudança.
- ⇒ Sobre o PEM – o PEM não é tudo, mas é uma ferramenta decisiva para que os resultados melhorem. O PEM está bem, está a superar as expectativas, quer internamente, quer nos trabalhos externos. Há 3 ações que em duas sessões de trabalho já estão terminadas. Os temas concluídos pelo grupo de trabalho são: o controlo do parque automóvel, a agenda municipal de eventos e os pagamentos digitais. Agora só falta fazer as propostas. A ação relativa à regeneração urbana continua.

Entretanto na última reunião já foram anunciadas mais quatro ações, a que se seguirão mais quatro.

Disse que quer deixar um elogio especial a todos os trabalhadores envolvidos nestas ações, que têm sido incedíveis no empenho demonstrado. Valeu a pena ter trabalhado nestas ações. Os resultados será a fase que se segue.

⇒ Informou que hoje há mais uma reunião de trabalho, com início às 21:00 horas e fim às 23:00 horas. Nesta reunião haverá um orador convidado, que é um ilustre marinhense, o Sr. Paulo Silva, da Plasdan. O objetivo é sensibilizar a todos para a apresentação de boas práticas dentro e fora da Câmara.

⇒ Novos temas

- 1.º novo tema: buracos zero, visa dar contributos para que este flagelo seja resolvido. Não será de imediato, mas gostaria que no espaço de um ano houvesse resultados.
- 2.º novo tema: passeios 100%, para que todas as ruas do concelho tenham pelo menos passeio de um dos lados.
- 3.º novo tema: roteiro digital e sinalética, visa renovar a imagem corporativa da Câmara Municipal.
- 4.º novo tema: incentivo à utilização das bicicletas na Marinha Grande.

Os três primeiros temas iniciam-se hoje, o último iniciar-se-á mais tarde.

Lembrou que as reuniões externas são quinzenais, às quintas-feiras, e as internas também, às terças-feiras.

Mas o PEM não é só isto. Referiu que o seu foco atual é o PMA – Programa de Modernização Administrativa, cujos trabalhos internos já se iniciaram, seguindo-se o programa de incremento à competitividade do concelho, e lembrou que estas ações constam do Orçamento Municipal.

⇒ Linha do Oeste – a sua renovação está incluída no Plano Nacional Rodoviário. Na semana passada houve uma reunião em Loures, com os autarcas, em que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal estiveram representadas. Já na última sessão da Assembleia Municipal foi aprovada, por unanimidade, uma Moção que define as linhas mestras desta discussão, dado que este projeto é vital para o concelho.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

⇒ Pediu ao Sr. Presidente que mande proceder à limpeza da ciclovie que vai de S. Pedro para a Vieira, designadamente no cruzamento para as Pedras Negras, que se encontra invadida com ervas. Já que a Câmara optou por não aproveitar as potencialidades da mata, pelo menos que faça esta intervenção de limpeza.

⇒ Referiu que ao pé do Hotel Mar e Sol, em S. Pedro de Moel, está um cão pastor alemão, que amedronta as pessoas. Os clientes já apresentaram queixa no Hotel, que já comunicou à Câmara, que por sua vez informou que a situação já estava

identificada, mas o cão lá continua. Antevê problemas com o início da época balnear.

Informou ainda que também está um outro cão na rotunda de entrada em S. Pedro. Disse que tem pena que o PEM não preveja também uma ação para enxotar os cães de S. Pedro, pois poderia ser que vindo deste programa tivesse melhor acolhimento do que o seu pedido.

⇒ Moita-saneamento – informou que foi visitar a freguesia e que constatou *in loco* o problema apresentado pelo Sr. Vereador António Santos.

Deste modo, deixou a seguinte sugestão: que a Câmara faça um levantamento rigoroso das situações, para saber quem é que, podendo, não liga o saneamento à rede. Depois ver quem é que não pode pagar a ligação, para se abrir um regime de exceção. A CMMG não custeou o saneamento da Moita, foi a Câmara Municipal de Alcobça, e por isso, com este argumento, poderia criar um regime de desconto e até de pagamento em prestações, para incentivar as pessoas a ligarem-se ao saneamento.

⇒ Outras necessidades identificadas:

- Embelezamento do largo da capela;
- Manutenção do brinquedo instalado junto ao centro paroquial;
- Falta de passeios, ou, onde existem, necessidade de reparação;
- Lamaçal e lixeira junto à habitação social, em terrenos que julga serem da autarquia e que estão ao abandono;
- Falta de sinalética;
- Chão rebentado junto à escola;
- Mau piso da Rua 1.ª de Dezembro e de tantas outras que enumerou.

Referiu que irá fazer chegar ao Sr. Presidente um e-mail com todas as situações que identificou, sugerindo-lhe que se desloque também à Moita para verificar o que faz falta nesta freguesia, uma vez que o concelho da Marinha Grande não é só a Marinha Grande e a Vieira de Leiria, é também a Moita.

O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Deu as boas vindas do jovem Rodolfo ao mundo da política, aconselhando-o a fazer as escolhas certas.
- ⇒ Perguntou à Sr.ª Vereadora Cidália como é que estão as obras do relvado sintético da zona desportiva.
- ⇒ Perguntou também como está a colocação de instalações sanitárias no relvado n.º 2 da zona desportiva, uma vez que não existem.
- ⇒ Festas da cidade – referiu que no balanço das últimas festas concluiu-se que um dos problemas era a ligação da água e os esgotos. Quando a CDU ainda estava no compromisso com o PS, ficou decidido ver esta situação, para resolver estes problemas e melhorar o funcionamento das próprias festas. Assim, questionou

como é que estão estas obras e se já se iniciaram, uma vez que as festas deste ano estão próximas.

- ⇒ Intervenção dos dois munícipes – parece-lhe que algo vai funcionando mal em termos de atendimento do GAM, mas talvez seja também para o PEM resolver. Perguntou como é que funciona o programa PAGAQUI no nosso concelho.

O **Sr. Presidente** lembrou que o programa está anunciado a nível nacional, mas o **Sr. Vereador** disse que é preciso informar as pessoas.

- ⇒ Passeios – lembrou que quando estava a tempo inteiro se tinha falado em fazer um procedimento generalista para todas estas pequenas reparações, permitindo assim resolver as situações que fossem surgindo.

- ⇒ PEM – pessoalmente não tem nada contra. Mas enquanto Vereador intervém nas questões que lhe competem no âmbito das funções que lhe foram confiadas pela população, pelo que não vê necessidade de tanto *show-off* do PEM, porque as pessoas sabem o que querem.

No seguimento da abordagem deste assunto, pediu ao Sr. Presidente um relatório detalhado com o número de presenças nas reuniões, o número de trabalhadores envolvidos e os resultados obtidos.

Pretende ter conhecimento destes dados, pois parece-lhe que só o Sr. Vereador Carlos Logrado é que anda a toda a velocidade, e que os trabalhos não andam assim com tanta velocidade.

- ⇒ Terminou deixando um forte abraço ao Sr. Vereador António Santos, com votos de boas vindas.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Deu as boas vindas ao colega Vereador António Santos, desejando-lhe que os problemas de saúde estejam ultrapassados, e congratulou-se por ver o jovem Rodolfo a assistir à reunião da Câmara Municipal.

- ⇒ Sobre a intervenção dos dois munícipes referiu o seguinte:

“A Administração Pública incluindo as autarquias locais regem-se pelo CPA, Código de Procedimento Administrativo, sobretudo no que diz respeito às boas práticas. Esta camara não achando suficiente o descrito no CPA, propôs a este órgão em 13 de Agosto do ano passado o Código de Boa Conduta Administrativa, onde, nos 27 artigos é pormenorizadamente descrito o que deve ser a boa conduta administrativa nas relações dos agentes municipais com os cidadãos. Neles são escritos que os agentes públicos atuam com razoabilidade e ponderação; que atuam com critérios de previsibilidade, coerência e de não contrariedade; que garantem a todo o cidadão o direito à fundamentação expressa, clara e acessível das decisões administrativas; ao prestarem informações e outros esclarecimentos, os agentes públicos devem fazê-lo em termos exatos, completos, claros e compreensíveis; que os cidadãos têm direito a uma boa administração e a serem ouvidos; que os assuntos sejam tratados e decididos com celeridade. Diz até no

seu artigo 20º que os agentes públicos devem ser corteses, prestáveis e acessíveis nas suas relações com os cidadãos.

A serem verdade estes dois exemplos de hoje, vêm no seguimento dos aqui trazidos por outros munícipes, daquilo que escutamos no dia-a-dia na rua e, em certa medida, de alguma conduta que tem existido para comigo (mesmo no exercício das funções). Apenas como exemplo o Sr. Agostinho da Ordem, o Sr. Ernesto ou a recente entrada nesta sala dum funcionário, aos berros, dizendo que está um munícipe no GAM a criar problemas para os quais o Sr. Presidente arranjou uma solução: “chamem a polícia”.

Os munícipes estão indignados com a ineficiência dos serviços e dos órgãos da Câmara Municipal da Marinha Grande e da forma como algumas pessoas desta organização se relacionam com eles, como se expressam.

De que nos vale o CPA ou o código de boa conduta quando, na prática diária, não sabemos cumprir o que, de mais elementar existe, uma boa relação com os nossos pares. Isto não se faz por decreto, por publicar um código de intenções e muito menos com o simples envio dum mail aos funcionários da Câmara dizendo que “deve ser escrupulosamente cumprido”. Qual foi a sensibilização e formação dada aos colaboradores para tornar estes serviços mais eficientes, mais empáticos e cordeais?

Teria com certeza sido mais útil e mais eficiente, em vez de andarem a perder dias com estas novas coisas, que disponibilizassem esses dias de trabalho dos técnicos da Câmara para lhes explicar o que se pretendem, formá-los e sensibilizá-los da bondade e da necessidade do bom relacionamento com os munícipes, da sua prestação do serviço público. Pelo que conhecemos e temos ouvido, este sim é um verdadeiro problema desta organização que a torna ineficiente.

Sugiro que o Sr. Presidente faça uma comunicação à imprensa, um outdoor e demais propaganda, para anunciar a sua falta de eficiência no que respeita à dita boa conduta administrativa que revela a organização que preside. Os munícipes agradecem que reconheça as suas ineficiências.

As acções ficam com quem as pratica e só conheço uma forma de educar que é dando o exemplo. É o princípio da acção/reacção ou, como dizem os mais entendidos, comportamento que gera comportamento.

É lamentável que o executivo permanente desta câmara e os seus conselheiros não percebam que o relacionamento com os cidadãos é a prioridade das prioridades, num conceito aqui muitas vezes referido de que os munícipes são os Clientes desta instituição.

É impensável que os cidadãos participem na cidadania ou se dêem, a quem os trata desta maneira.”

- ⇒ Felicitou os atletas do Clube de Atletismo da Marinha Grande que se sagraram vice-campeões nacionais no Campeonato Nacional de Lançamentos Longos. Mariana Bento sagrou-se vice-campeã nacional no lançamento do dardo em juniores. João Ferreira, também em juniores, tornou-se vice-campeão nacional no lançamento do martelo. Maria Inês Domingos, sagrou-se vice-campeã no lançamento do martelo no escalão de sub-23.

- ⇒ Há algum tempo perguntou se seria possível colocar uns bancos com encosto junto à rodoviária e aos correios, pelo que gostaria de ser informado do que foi decidido.
- ⇒ No cruzamento do “Papadoc” e “Dose e Meia” (Rua D. João Pereira Venâncio com a Rua Manuel Pereira Roldão) os acidentes repetem-se a um ritmo quase diário. Os semáforos estão muitas vezes desligados, como está a acontecer há muitos dias. Hoje ainda estavam desligados e esta situação incrementa a sinistralidade. É urgente um estudo técnico para encontrar uma solução para aquele cruzamento.
- ⇒ Sugeriu que o Sr. Presidente tome boa nota deste tema, fale com os técnicos e se houver dúvidas que se desloquem ao local e falem com os estabelecimentos da zona envolvente. Mas por favor vão ligar os semáforos ainda hoje.

- ⇒ Sobre o arranjo paisagístico no separador da avenida junto ao campo do Marinhense disse o seguinte:

“Não sei de quem tinha sido a ideia de num separador de 1,0m terem aplicado espécies que se sabia ocuparem 3m de diâmetro. Evidentemente que iria causar problemas e por isso retiraram inicialmente algumas perto das passeadeiras e desbastaram outras, até que, finalmente, retiraram a totalidade. Enfim fez-se luz.

Fiquei na expectativa que nos mesmos canteiros fosse plantado alecrim ou alfavema que induz o “verde”, quase não necessita de água e não faz obstrução à visibilidade. Fomos agora surpreendidos com a plantação de árvores de copa alta. Gostaria de questionar:

- a) As árvores pelo menos são de folha persistente?*
- b) Porquê plantar árvores num espaço tão reduzido, que obviamente vai daqui a algum tempo ocupar a faixa de rodagem?*
- c) Há alguma razão para plantar tantas árvores com tão pouco espaço entre elas?*
- d) Será que se preocuparam com as raízes dessas árvores, é que vão precisar de espaço. Basta ver as raízes das árvores existentes no outro separador, a cerca de 1,5m já estão a levantar o betuminoso?*

Olhando para a Marinha e discutindo com engenheiros e arquitetos paisagistas, ficamos a perceber que a arborização da nossa terra é feita de forma aleatória, sem regras, a exemplo da generalidade do que acontece na Câmara, dá a ideia que é o que temos à mão.

Estive com estes especialistas no Parque da Cerca, e podemos refletir exatamente sobre o que ali temos. Plantamos plátanos quando sabemos que com o tempo ficam árvores de grande porte, com raízes superficiais, como é o exemplo as que estão à beira da estrada da Embra. Podemos imaginar o que irá ali acontecer. Por outro lado não temos árvores de folha perene, e o que se vê neste momento é que todas as árvores estão nuas, porque não diversificaram a plantação de árvores de folhas caducas com persistentes?

Sugiro que se faça um plano de arborização da cidade, para saber o que plantar, onde e quando.”

⇒ Sobre os processos de obras disse o seguinte:

“Recentemente veio aqui à reunião um processo de “legalização da alteração/ampliação duma unidade fabril” que tinha sido aprovado em 2010 e que foi arquivado como se tivesse sido resolvido. A Chefe da DOT veio à reunião dizer que poderá haver mais casos destes.

Na reunião de 26 de Novembro questioneei para quando a possibilidade dos proprietários e técnicos dos projetos de obras poderem ter acesso no site da Câmara ao estado em que se encontram os seus projetos, como acontece na generalidade das câmaras. Recordei que a questão da modernização administrativa foi comparticipada no âmbito do projeto SAMA, mas que deixou muito por fazer, sobretudo na relação com os municípios. Sugeri que rapidamente se ponha em prática este expediente. Reforço esta sugestão, e agora até sugiro que podemos anunciar como exemplo no panorama nacional e inovador nos serviços prestados aos municípios.

Solicitei nessa reunião de 26 de Novembro, a listagem dos projetos de obras entrados na Câmara, com referência à data da entrada. A 22 de Dezembro recebi a “listagem dos processos de obras de 2015”. Isto poderia querer dizer que não há projetos de obras anteriores a 2015.

Na AM da semana passada o Sr. Presidente afirmou que não há projetos em atraso, logo confirma a minha tese. Aliás se calhar quando me enviou a lista de processos apenas de 2015 queria demonstrar que não havia processos anteriores a 2015, quando todos sabemos que há processos muito anteriores, tal com a chefe da DOT confirmou quando aqui esteve e ainda hoje vêm à reunião processos de obras de outros anos.

É evidente que a afirmação do Sr. Presidente não é verdadeira e por isso solicito, uma vez mais, a listagem de TODOS os projetos de obras entrados na Câmara, com referência à data da entrada, atenção que estou a referir-me a todos os projetos e não apenas aos de 2016.”

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho pediu novamente a palavra, para subscrever as felicitações do Sr. Vereador Aurélio Ferreira a todos os atletas.

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira referiu o seguinte:

- ⇒ É óbvio que todo o executivo subscreve estas felicitações aos atletas.
- ⇒ Sintético – informou que o procedimento do concurso está a decorrer.
- ⇒ Sanitários – tomou nota e vai ver com o Sr. Presidente.
- ⇒ Festas da cidade – foi verificar e no Parque da Cerca já há uma zona de esgotos, na parte superior, e então os stands este ano vão ter uma zona de venda e uma zona de cozinha, e vão ser colocados dois depósitos, um para águas limpas e outro para detritos.

- ⇒ Cumprimentou os presentes, todos os Srs. Vereadores, o jovem Rodolfo, mas salientou o cumprimento especial ao Sr. Vereador António Santos, a quem manifestou a grande alegria e felicidade por o ver novamente sentado nesta cadeira.
- ⇒ Sobre o PEM, e na sequência das palavras do Sr. Vereador António Santos, disse que também há aqueles que só falam mal daquilo que os outros fazem. É um grupo de cidadãos que tanto fala de cidadania, mas que depois não participa. Então hoje, e para exercer a sua cidadania, vai-se associar ao grupo de trabalho do PEM e estará presente na reunião.
- ⇒ Seguidamente convidou todos a participarem nas seguintes iniciativas:
- 4 de março - Final concelhia do Concurso de Ideias Municipal, no Auditório do Edifício da Resinagem, às 21:00 horas, numa iniciativa da CIMRL.
 - Sábado, dia 5 de março – Conferência no Auditório do Edifício da Resinagem, às 16:00 horas. Trata-se de uma iniciativa integrada no Programa Municipal para a Igualdade de Género, organizada pelo Rotary Club da Marinha Grande e com a colaboração da CMMG.
 - 8 de março – sessão solene do Dia Internacional da Mulher, no salão nobre, e nova sessão do ioga do riso.
 - 10 de março – inauguração da exposição “A Eletricidade na Marinha Grande: O motor da vida moderna”, pelas 17:30 horas, na Galeria Municipal, organização conjunta da CMMG e da Fundação EDP.
 - 10 de março – Concerto com o Maestro António Vitorino de Almeida, na Casa da Cultura, às 21:30 horas.
 - 11 de março – Comemorações da elevação a cidade, este ano em Vila Real de Santo António, no âmbito das cidades geminadas.
 - 12 de março – Corta-mato escolar, no Parque da Cerca, das 9:00 horas às 13:00 horas.
 - 12 de março – Concerto dos HMB, na Casa da Cultura.

Na próxima reunião falará sobre o início da Festa da Primavera, que se inicia no dia 19 de março, e que tem por objetivo florir a Marinha Grande e as suas ruas, com material reciclado, e que conta com o envolvimento dos Agrupamentos de Escolas e das Universidades Seniores.

O Sr. Presidente prestou as seguintes informações:

- ⇒ Saúde – teve duas reuniões com a ARS Regional e depois com a Administração local, com a Dr.ª Isabel Poças e Dr.ª Delfina, e também com o Deputado António Sales, que é o único Deputado do distrito, para o porem ao corrente da situação do Posto Médico e da falta de médicos, bem como das condições das instalações. Ficou marcada uma deslocação do Deputado ao concelho, porque ele conhece bem a situação.

- ⇒ No dia 1 de março, a Secretária de Estado da Inclusão visitou o concelho, onde reuniu com os representantes da delegação distrital de Leiria da Associação Portuguesa de Deficientes (APD), que tem a sua sede na Marinha Grande.
- ⇒ No passado sábado acompanhou uma delegação de empresários do concelho, liderada pela CEFAMOL, que se deslocou ao concelho do Fundão. Trata-se do estreitamento de relações, no âmbito do “Dá-te a conhecer”, da OPEN, que permite ir além do intercâmbio já existente com as crianças. Foi uma reunião de trabalho muito produtiva.

Seguidamente o Sr. Presidente referiu que já fez pessoalmente a saudação ao Sr. Vereador António Santos, e respondeu o seguinte às questões colocadas:

- ⇒ Moita – o levantamento do saneamento está feito, as pessoas têm vindo a ser notificadas para a obrigatoriedade de ligarem, e quem alega dificuldades financeiras tem visto os seus pedidos deferidos para o pagamento em prestações. As pessoas também têm sido alertadas para o facto de se poder avançar para as cobranças coercivas.
Pediui à Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho que lhe indique os sítios com saneamento a céu aberto, que desconhece.
- ⇒ Tribunal de Comércio – desconhecia a situação relatada. O que sabe é que no anterior mandato a CMMG chegou a disponibilizar instalações para o Tribunal enquanto este estava em obras. Depois veio o novo mapa judiciário e pode garantir que a CMMG não colocou qualquer entrave à instalação de qualquer serviço do Tribunal.
- ⇒ Prédio em S. Pedro – pensa que o problema está dependente de uma resposta dos proprietários.
- ⇒ Rua do Brejo, Embra – não conhece a situação relatada, mas às vezes é dentro de um condomínio, e se assim for, é da responsabilidade do particular.
- ⇒ Linha do Oeste – está a coordenar, em colaboração com a Assembleia Municipal, a realização desta reunião.
- ⇒ Limpeza da ciclovia – está programada, dentro da limpeza para preparação da época balnear.
- ⇒ Cães – as jaulas colocadas na mata foram roubadas, e está-se a pedir ajuda a algumas instituições. A situação exposta, junto ao hotel, situa-se dentro da malha urbana, pelo que irá ser vista.
- ⇒ Ruas da Moita – pediu à Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho para lhe enviar a relação das ruas, mas acrescentou desde já as seguintes informações:
 - Rua Soldado Adriano – não foi feita o ano passado porque não houve acordo na cedência de uma das proprietárias.
 - Passeios – reconhece que há realmente muita falta de passeios na freguesia da Moita, mas tem que ver com a configuração das ruas, porque está tudo em cima da estrada, e por outro lado as pessoas também têm que estar sensibilizadas para as cedências.

- ⇒ Relvado sintético – já foi respondido pela Sr.^a Vereadora Cidália Ferreira.
- ⇒ Árvores – Referiu que primeiro lhe chamavam o “mata árvores”, agora parece que é o “árvores a mais”! E em resposta ao Sr. Vereador Aurélio disse que não tem falta de educação.
O **Sr. Vereador Aurélio** esclareceu que aquilo que disse era que o Sr. Presidente tinha falta de eficiência, não de educação.
O **Sr. Presidente** prosseguiu e informou que as espécies das árvores a plantar foram estudadas pelos técnicos da Câmara, e não há problemas com as raízes e com as copas.
- ⇒ Cruzamento da Rua Manuel Pereira Roldão – o semáforo foi danificado e não tem reparação, pelo que se está a tratar da aquisição.
O **Sr. Vereador Aurélio** interrompeu para protestar, perguntando se se está à espera que morra alguém para resolver a situação.
O **Sr. Presidente** informou que a situação está salvaguardada, porque há sinalização, devendo a mesma ser cumprida.
- ⇒ Processos de obras – o Sr. Presidente perguntou ao Sr. Vereador Aurélio se queria a listagem de todos os processos de obras.
O **Sr. Vereador Aurélio** esclareceu que só pretende o que está pendente.
O **Sr. Presidente** informou que vai dar ordens para que seja fornecida a listagem com tudo o que está pendente.
- ⇒ Bancos – informou que são aqueles que existem e por isso foram colocados.
O **Sr. Vereador Aurélio** perguntou se não era possível pôr outro tipo de banco.
O **Sr. Presidente** disse que ia ver, mas que talvez não fosse possível.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nesta altura o Sr. Presidente deu por encerrado o período de antes da ordem do dia e interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:30 horas às 11:45 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 5, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 4 DE FEVEREIRO DE 2016

123 - Presente a ata n.º 5, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 4 de fevereiro de 2016, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador António Santos, por não ter estado presente nesta reunião.

3 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 6, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016

124 - Presente a ata n.º 6, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 18 de fevereiro de 2016, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador António Santos, por não ter estado presente nesta reunião.

4 - REQ. N. 165/16, DATADO DE 03/02/2016 – PC N.º 46/16, DATADO DE 03/02/2016 – REGINA MARGARIDA GUERRA MENDES FERNANDES BABAU E PAULO SÉRGIO DA CRUZ BABAU

125 - Presente requerimento n.º 165/16, datado de 2016/02/03, constante do processo camarário n.º 46/16, apresentado por REGINA MARGARIDA GUERRA MENDES FERNANDES BABAU, com o NIF 201271630, e por PAULO SÉRGIO DA CRUZ BABAU, com o NIF 203468600, ambos residentes na Rua das Andorinhas, n.º 62, lugar de Tojeira de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de anexo e alteração de muro de vedação*”, incidente sobre um prédio urbano e um prédio rústico, sitos na Rua das Andorinhas, n.º 62, lugar de Tojeira de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 7.331 e 7.041, e inscritos na matriz predial urbana sob o artigo número 16.639 e na matriz predial rústica sob o artigo 951, respetivamente, ambas da freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/02/23, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
03/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de anexo e alteração de muro de vedação*”, incidente sobre um prédio urbano e um prédio rústico, sitos na Rua das Andorinhas, n.º 62, lugar de Tojeira de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 7.331 e 7.041, e inscritos na matriz predial urbana sob o artigo número 16.639 e na matriz predial rústica sob o artigo 951, respetivamente, ambas da freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 46/16, com data de entrada em 2016/02/03, apresentado por REGINA MARGARIDA GUERRA MENDES FERNANDES BABAU, com o NIF 201271630, e por PAULO SÉRGIO DA CRUZ BABAU, com o NIF 203468600, ambos residentes na Rua das Andorinhas, n.º 62, lugar de Tojeira de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Execução dos muros de vedação em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com a alínea a) do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.
3. Execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 1813/15, DATADO DE 03/12/2015 – PC N.º 54/15, DATADO DE 27/02/2015 – PAULO JORGE OLIVEIRA PINTO

126 - Presente pedido com o registo n.º 1813/15, datado de 03/12/2015 relativo ao pedido de licenciamento de um edifício destinado a indústria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.728 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10.990, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 54/15, com data de entrada de 27/02/2015, apresentado por PAULO JORGE OLIVEIRA PINTO, com o NIF 187 117 784, residente na Rua da Covinha, n.º 46, lugar de Comeira, freguesia e concelho da Marinha Grande, solicitando a aprovação do projeto de arquitetura;

Presente informação técnica, datada de 15/02/2016, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser aprovado.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo ao pedido de licenciamento de um edifício destinado a

indústria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.728 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10.990, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 54/15, com data de entrada de 27/02/2015, apresentado por PAULO JORGE OLIVEIRA PINTO, com o NIF 187 117 784, residente na Rua da Covinha, n.º 46, lugar de Comeira, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE;
- 2.- Executar a totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente ao nível dos arranjos exteriores, passeios e gares de estacionamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 1544/15, DATADO DE 22/10/2015 – PC N.º 257/15, DATADO DE 29/07/2015 – LUÍS FILIPE SILVA GASPAR E PEDRO MIGUEL DA SILVA GASPAR

127 - Presente requerimento n.º 1544/15, datado de 2015/10/22, constante do processo camarário n.º 257/15, subscrito por LUÍS FILIPE SILVA GASPAR, com o NIF 192387189, residente em Rua do Pinheiro Manso, n.º 16, lugar de Pêro Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, e por PEDRO MIGUEL DA SILVA GASPAR, como o NIF 236834550, residente em Avenida de Pádua, n.º 10, 6.º H, freguesia de Santa Maria dos Olivais, concelho de Lisboa, referente ao pedido de licenciamento da “*Legalização da alteração de moradia unifamiliar e muros de vedação*”, localizada num prédio urbano, sito na Estrada da Maceira, n.º 30, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 6.020, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 7.871. Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/11/24, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da “*Legalização da alteração de moradia unifamiliar e muros de vedação*”, localizada num prédio urbano, sito na Estrada da Maceira, n.º 30, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 6.020, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob artigo o número 7.871, com o número de processo 257/15, com data de entrada em 2015/07/29, apresentado por LUÍS FILIPE SILVA GASPAR, com o NIF 192387189, residente em Rua do Pinheiro Manso,

n.º 16, lugar de Pêro Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, e por PEDRO MIGUEL DA SILVA GASPAR, como o NIF 236834550, residente em Avenida de Pádua, n.º 10, 6.º H, freguesia de Santa Maria dos Olivais, concelho de Lisboa, com o condicionalismo da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 1613/15, DATADO DE 04/11/2015 – PC N.º 410/15, DATADO DE 04/11/2015 – AMILCAR DA SILVA SANTOS, LUZIA CARMO FERREIRA PEDROSA SANTOS, ALBERTO RIBEIRO DOS PRAZERES, ALFREDO TEIXEIRA DOS PRAZERES E VÍTOR MANUEL RODRIGUES TEIXEIRA DOS PRAZERES

128 - Presente requerimento n.º 1613/15, datado de 2015/11/04, constante do processo camarário n.º 410/15, subscrito por AMILCAR DA SILVA SANTOS, com o NIF 115205349, residente na Rua Dr. António Manuel da Costa, n.º 23, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, por LUZIA CARMO FERREIRA PEDROSA SANTOS, com o NIF 110282698, residente na Rua Dr. António Manuel da Costa, n.º 23, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, por ALBERTO RIBEIRO DOS PRAZERES, com o NIF 126524980, residente no Ribeiro da Tábua, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, por ALFREDO TEIXEIRA DOS PRAZERES, com o NIF 147290635, residente na Rua Álvaro Pereira, n.º 4, Mafra, e por VÍTOR MANUEL RODRIGUES TEIXEIRA DOS PRAZERES, com o NIF 195780981, residente na Rua Dr. António Manuel da Costa, n.º 23, 4.º esq., Lisboa, referente ao pedido de *“Legalização da ampliação e alteração de moradia, anexo e muros”* existentes, bem como ao pedido de emissão de *“Certidão de destaque”* de parcela, a incidir sobre um prédio, sito no lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6.843, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo número 5.513. Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/02/26, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação, e que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários ao deferimento da operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 1136,00 m², bem como à emissão da respetiva certidão comprovativa.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/10, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de *“Legalização da ampliação e alteração de moradia, anexo e muros”* existentes, bem como ao pedido de emissão de *“Certidão de destaque”* de parcela, a incidir sobre um prédio sito no lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6.843, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 5.513, com o número de processo 410/15, com data de entrada em 2015/11/04, apresentado por AMILCAR DA SILVA SANTOS, com o NIF 115205349, residente na Rua Dr. António Manuel da Costa, n.º 23, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, por LUZIA CARMO FERREIRA PEDROSA SANTOS, com o NIF 110282698, residente na Rua Dr. António Manuel da Costa, n.º 23, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, por ALBERTO RIBEIRO DOS PRAZERES, com o NIF 126524980, residente no Ribeiro da Tábua, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, por ALFREDO TEIXEIRA DOS PRAZERES, com o NIF 147290635, residente na Rua Álvaro Pereira, n.º 4, Mafra, e por VÍTOR MANUEL RODRIGUES TEIXEIRA DOS PRAZERES, com o NIF 195780981, residente na Rua Dr. António Manuel da Costa, n.º 23, 4.º esq., Lisboa, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 107,00m², ao longo da frente do prédio confinante com a Rua Dr. António Manuel da Costa, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “Implantação” - *“Desenho n.º 1.1”*, datada de julho de 2015, entregue a coberto do requerimento n.º 1613/15, datado de 2015/11/04, ficando a emissão da autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.
3. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera mandar emitir a respetiva certidão comprovativa da verificação dos requisitos do destaque, para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 do art. 6.º do RJUE, devendo nela constar a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do art. 6.º do RJUE, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 119/16, DATADO DE 28/01/2016 – PC N.º 253/15, DATADO DE 28/07/2015 – TECNIFREZA-INDÚSTRIA DE MOLDES, S.A.

129 - Presente pedido com o registo n.º 119/16, datado de 28/01/2016 a apresentar os **projetos de especialidades** relativos ao **processo de licenciamento de ampliação de uma unidade industrial**, localizada na Estrada do Guilherme, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 908 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.562, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com o n.º 253/15, com data de entrada de 28/07/2015, apresentado por **TECNIFREZA-INDÚSTRIA DE MOLDES, S.A.**, com o NIPC 502 151 200, com sede na Estrada dos Guilhermes, Casal da Lebre, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 12/11/2015;

Presente informação técnica, datada de 16/02/2016, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 18/02/2016, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **ampliação de uma unidade industrial**, localizada na Estrada do Guilherme, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 908 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.562, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que foi atribuído o número de processo camarário 253/15, com data de entrada de 28/07/2015, apresentado por **TECNIFREZA-INDÚSTRIA DE MOLDES, S.A.**, com o NIPC 502 151 200, com sede na Estrada dos Guilhermes, Casal da Lebre, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**9 - REQ. N. 202/16, DATADO DE 11/02/2016 – PC N.º 402/15, DATADO DE 30/10/2015 –
ARTUR SOARES ALVES**

130 - Presente requerimento n.º 202/16, datado de 2016/02/11, constante do processo camarário n.º 402/15, subscrito por **ARTUR SOARES ALVES**, com o NIF 142993158, residente na Rua de Leiria, n.º 28, R/C, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”*, incluindo a demolição de edificações existentes, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Diogo Stephens, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6266 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20.011-P e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 9.680, da freguesia de Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 2015/11/12.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2016/02/17, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, os termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de *“Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”*, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Diogo Stephens, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6.266 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20.011-P e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 9.680, da freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 402/15, com data de entrada em 2015/10/30, apresentado por **ARTUR SOARES ALVES**, com o NIF 142993158, residente na Rua de Leiria, n.º 28, R/C, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.
2. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com a alínea a) do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.
3. Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.
4. Execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
03/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 36/16, DATADO DE 11/01/2016 – PC N.º 409/15, DATADO DE 04/11/2015 – AFONSO MIGUEL SANTOS COELHO CARDEIRA

No início da discussão deste ponto o Sr. Vereador Carlos Logrado comunicou o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea b) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que o requerente é seu parente.

O Sr. Presidente declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código.

131 - Presente requerimento n.º 36/16, datado de 2016/01/11, constante do processo camarário n.º 409/15, subscrito por **AFONSO MIGUEL SANTOS COELHO CARDEIRA**, com o NIF 166317810, com domicílio fiscal em Rua Professor Dr. José Custódio de Moraes, n.º 695, lugar de Gaeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento da obra de *“Construção de anexo, piscina e arranjos exteriores”*, incidente sobre um prédio urbano correspondente ao Lote n.º 21 do Loteamento Urbano sito no lugar de Gaeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 5/2001, datado de 14/11/2001, emitido em nome de “ALCORMO – Empreendimentos Imobiliários, Lda.”, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.179 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia da Marinha Grande sob o artigo n.º 19.794. Presentes pareceres técnicos dos serviços, datados de 2015/11/12 e 2016/02/17, referentes aos projetos de arquitetura e das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de *“Construção de anexo, piscina e arranjos exteriores”*, incidente sobre um prédio urbano correspondente ao Lote n.º 21 do Loteamento Urbano sito no lugar de Gaeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 5/2001, datado de 14/11/2001, emitido em nome de “ALCORMO – Empreendimentos Imobiliários, Lda.”, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.179 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 19.794, com o número de processo 36/16, com data de entrada em 2015/11/04, apresentado AFONSO MIGUEL SANTOS COELHO CARDEIRA, com o NIF 166317810, com

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

domicílio fiscal em Rua Professor Dr. José Custódio de Morais, n.º 695, lugar de Gaeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 210/16, DATADO DE 12/02/2016 – PC N.º 431/14, DATADO DE 10/12/2014 – JERÓNIMO FERNANDES TOMÉ

132 - Presente processo n.º 431/14, registado em 2014/12/10, referente a pedido de licenciamento da obra de construção de moradia e muro no prédio sito na Rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, lugar de Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 540 e inscrito na matriz predial rústica sobre o artigo n.º 5.996, da freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por JERÓNIMO FERNANDES TOMÉ, com o NIF 189409398, residente na Rua de Leiria, n.º 35 – r/c, Várzeas, União das Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa, concelho de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em Reunião de Câmara Municipal de 2015/09/18.

Presente Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos – Construção, com o n.º A005814.2015.RH4, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente – APA, para a construção de moradia.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2016/02/17, que atesta encontrar-se o processo em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

Após análise da pretensão, bem como do parecer técnico de 2016/02/17, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, pedido de licenciamento da obra de construção de moradia e muro no prédio sito na Rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, lugar de Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 540 e inscrito na matriz predial rústica sob n.º 5996, a que

corresponde o processo de licenciamento camarário n.º 431/14, registado em 2014/12/10, apresentado por JERÓNIMO FERNANDES TOMÉ, com o NIF 189409398, residente na Rua de Leiria, n.º 35 – r/c, Várzeas, União das freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa, município de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em Reunião de Câmara Municipal de 2015/09/18.

Mais delibera:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário a ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.
- 4- Deverá assegurar passeio com uma largura de 1,5m, pavimentado em calçada miúda de calcário com as dimensões de 0,05mx0,05mx0,05m, após execução de uma camada de base em tout-venant com 0,15m de espessura.
- 5- Deverá assegurar execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
- 6- Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação.
- 7- Deverá solicitar aos serviços camarários de Águas e Saneamento a ligação da rede de água e rede de água residual doméstica, às redes públicas de abastecimento de águas e residuais domésticas existentes na rua.
- 8- Por se tratar de edificação destinada a habitação com cerca de 35,80 m de profundidade, medida a partir da sua fachada fronteira ao espaço público confinante, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do Regulamento Geral da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG, compreende obra geradora de impacto semelhante a operação de loteamento, sendo devida a compensação pela não cedência de área para espaços verdes de utilização coletiva e equipamento de utilização coletiva, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 57º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, sendo que as áreas de cedência relativas a espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva são fixadas pela adequação funcional da construção sob o tipo de ocupação, face ao disposto na Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de março, respetivamente de 28 m2 e 35 m2 para habitação em moradia.

O cálculo do valor da compensação devida decorre do disposto nos artigos 124^º e seguintes do RMEUMMG.

As obras geradoras de impacto semelhante a operação de loteamento estão ainda sujeitas a taxa devida pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas nos termos do artigo 122^º do RMEUMMG.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 204/16, DATADO DE 11/02/2016 – PC N.º 124/10 , DATADO DE 31/05/2010 – MARIA ADELAIDE FERREIRA MIQUELIS SANTOS SAMPAIO

133 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 204/16, datado de 11/02/2016, subscrito por **MARIA ADELAIDE FERREIRA MIQUELIS SANTOS SAMPAIO**, com o NIF 102453403, com morada em Rua do Brasil, n.º 14, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de legalização de alterações e de obras de ampliação, aprovadas no âmbito do processo n.º 124/10 e tituladas pelo alvará de obras de legalização e ampliação n.º 26/15, emitido em 17/04/2015.

Presente parecer técnico datado de 18/02/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua do Brasil, n.º 14, lugar de Ordem freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade **MARIA ADELAIDE FERREIRA MIQUELIS SANTOS SAMPAIO**, com o NIF 102453403, com morada em Rua do Brasil, n.º 14, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra
- 2) **Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 781/15, DATADO DE 03/06/2015 – PC N.º 211/2015, DATADO DE 03/06/2015 – FLÁVIO COELHO TEIXEIRA

134 - Presente requerimento registado sob o n.º 781/15, datado de 03/06/2015, apresentado por **FLÁVIO COELHO TEIXEIRA**, com o NIF 205068529, residente em Rua do Valverde, n.º 83 R/C C, freguesia de Marrazes e concelho de Leiria, na qualidade de administrador de condomínio do edifício sito na Rua Granja de San Ildefonso, n.º 71, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar vistoria, face à alegada existência de várias anomalias nas partes comuns do edifício, cujas correções considera o requerente serem da responsabilidade da empresa responsável pela construção do edifício, atendendo ao disposto no artigo 1.225.º do Código Civil.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 11/06/2015, pela qual foi determinada a realização de vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no art. 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas.

Presente deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 08/07/2015, a determinar a notificação ao administrador de condomínio e à empresa construtora do edifício, a sociedade Leirineves – Investimentos Imobiliários, Lda., para, no prazo de 90 dias, promoverem a execução das obras necessárias a sanar as anomalias detetadas e descritas no auto de vistoria datado de 25/06/2015, designadamente:

1 – Verificação e reparação da rede de drenagem de águas residuais domésticas do edifício, por forma a eliminar infiltrações detetadas ao nível da parede da garagem da fração correspondente ao rés-do-chão “A”;

2 – Verificação e eventual reparação da junta de dilatação existente na fachada lateral esquerda do edifício, confinante com o prédio adjacente, por forma a eliminar as infiltrações detetadas no compartimento do quarto da fração mencionada no ponto 1;

3 – Colocação de sistema adequado de proteção das entradas dos tubos de queda de escoamento das águas pluviais das zonas adjacentes aos terraços localizados no último piso do edifício, por forma a prevenir eventuais entupimentos dos mesmos.

Presente Auto de Vistoria datado de 22/02/2016 referente à vistoria realizada em 17/01/2015, para verificação do cumprimento da deliberação camarária, tendo sido verificado que, na generalidade, os trabalhos necessários a sanar as anomalias detetadas.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
03/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Após análise do processo e do auto de vistoria elaborado pela Comissão respetiva, a Câmara, tomando conhecimento do cumprimento da deliberação tomada na reunião de 08/07/2015 e de que o edifício se apresenta em muito boas condições de habitabilidade, delibera mandar arquivar o processo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 1794/14, DATADO DE 24/11/2014 – PC N.º 38/2013, DATADO DE 04/02/2013 – NÁDIA ISABEL DE OLIVEIRA COELHO

135 - Presente requerimento apresentado por **NÁDIA ISABEL DE OLIVEIRA COELHO**, com o NIF 261402170, a solicitar a realização de vistoria ao imóvel sito em Rua da Índia, n.º 1, lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande, em virtude de o mesmo apresentar infiltrações e outras anomalias que podem pôr em perigo a saúde dos que nele habitam. Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 21/03/2013, pela qual foi determinada a realização da vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no art. 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 26/2010, de 30/03, por forma a determinar-se quais as obras necessárias a corrigir as más condições de segurança e salubridade eventualmente apresentadas pela edificação.

Presente deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 14/08/2013, a determinar a notificação ao proprietário do imóvel, para, no prazo de 30 dias, promover a execução das obras necessárias a sanar as anomalias detetadas e descritas no auto de vistoria elaborado na sequência da vistoria realizada em 04/04/2013, designadamente:

1 – Criação de alternativas técnicas, ativas ou passivas, que garantam o aumento dos níveis de ventilação, dos espaços existentes, nomeadamente no quarto e no espaço comum cozinha/sala;

2 – Limpeza e raspagem das áreas afetadas com a deposição de fungos, utilizando escova de aço e pintura com aplicação de tinta com aditivo antifúngico.

Presente deliberação camarária tomada na reunião de 31/10/2013, a prorrogar o prazo para cumprimento da notificação respeitante à execução das obras preconizadas.

Presente Auto de Vistoria datado de 18/02/2016 referente à vistoria realizada na mesma data, para verificação do cumprimento da deliberação camarária, tendo sido verificado que foram realizadas as obras necessárias a dar cumprimento à deliberação camarária de 14/08/2013.

Após análise do processo e do auto de vistoria elaborado pela Comissão respetiva, a Câmara, tomando conhecimento do cumprimento da deliberação tomada na reunião de 14/08/2013 delibera mandar arquivar o processo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
03/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

15 - REQ. N. 862/14, DATADO DE 11/06/2014 – PC N.º 365/13, DATADO DE 04/10/2013 – CHAINS OF FUN - BAR, LDA

136 - Presente processo de licenciamento de **obras de alteração com alteração de uso de estabelecimento de bebidas para estabelecimento de diversão noturna (clube)**, com o n.º 365/13, a realizar no R/C do edifício localizado na Rua da Juventude, n.º 35, Picassinos, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19.839 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.646, da freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentada por **CHAINS OF FUN - BAR, LDA**, com o NIPC 509 097 820, com sede na Rua da Juventude, n.º 35, Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande; Presente informação técnica datada de 19/02/2016;

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 19/02/2016, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1- Considerando que a empresa interessada foi notificada da deliberação final de deferimento do seu pedido de licenciamento, tomada em reunião camarária de 17/07/2014, através do ofício n.º 823/14, de 23/07/2014, rececionado em 11/08/2014;

2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 12/08/2015, de acordo com o n.º 1 do artigo 76.º Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro;

3- Considerando que o prazo inicialmente conferido não foi prorrogado, embora o interessado o pudesse solicitar, por mais um ano, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 76.º;

4- Considerando que o interessado tinha, portanto, até ao dia 12/08/2015 para requerer a emissão do respetivo alvará e não o fez;

5- Considerando que o decurso desse prazo, sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística, de acordo com o n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;

6- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 365/13, para licenciamento de obras de alteração com alteração de uso de estabelecimento de bebidas para estabelecimento de diversão noturna (clube), a realizar no R/C do edifício localizado na Rua da Juventude, n.º 35, Picassinos, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19.839 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.646, da freguesia e concelho da Marinha Grande, delibera, ao abrigo dos n.º 2 e n.º 5 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento

Administrativo, NOTIFICAR a empresa requerente, CHAINS OF FUN - BAR, LDA, com o NIPC 509097820, com sede na Rua da Juventude, n.º 35, Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande para se pronunciar, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N. 1767/13, DATADO DE 30/10/2013 – PC N.º 301/11, DATADO DE 04/08/2011 – ANTÓNIO COSTA GODINHO

137 - Presente processo de licenciamento de instalação de estabelecimento de comércio a retalho de alimentos para animais, com o n.º 301/11, a realizar no edifício localizado na travessa dos Outeirinhos, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.447 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2961, da freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentada por **ANTÓNIO COSTA GODINHO**, com o NIF 166 361 143, residente na Rua da Várzea, n.º 51, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 26/02/2016;

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 26/02/2016, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1- Considerando que o interessado foi notificado da deliberação final de deferimento do seu pedido de licenciamento, tomada em reunião camarária de 14/11/2013, através do ofício n.º 1245/13, de 19/11/2013, rececionado em 22/11/2013;

2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 23/11/2014, de acordo com o n.º 1 do artigo 76.º Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

3- Considerando que o prazo inicialmente conferido não foi prorrogado, embora o interessado o pudesse solicitar, por mais um ano, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 76.º;

4- Considerando que o interessado tinha, portanto, até ao dia 23/11/2014 para requerer a emissão do respetivo alvará e não o fez;

5- Considerando que o decurso desse prazo, sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística, de acordo com o n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;

6- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 301/11, para licenciamento de instalação de estabelecimento de comércio a retalho de alimentos para animais, a realizar no edifício localizado na Travessa dos Outeirinhos, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6447 e inscrito na Matriz Predial Urbana sob o artigo n.º 2961, da freguesia e concelho da Marinha Grande,

Delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 121.º e 122.º do CPA, NOTIFICAR o requerente, António Costa Godinho, com o NIF 166 361 143, residente na rua da Várzea, n.º 51, freguesia e concelho da Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - E/885/2016 . PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE BAIXADA ELÉTRICA - CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.

No início da discussão deste processo o **Sr. Vereador Vítor Pereira** questionou o facto de a requerente ser a empresa CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A. e não a EDP, quando, na sua opinião, a dona da obra é a EDP e deverá ser a esta que a Câmara terá que pedir responsabilidades.

O **Sr. Presidente** informou, depois de ter consultado telefonicamente o Diretor Distrital da EDP, que as baixadas até 30 metros, privadas, já não são executadas pela EDP mas sim por um operador certificado. O requerimento objeto desta proposta de deliberação insere-se neste âmbito.

Seguidamente foi posta a votação a seguinte proposta:

138 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/885/2016, datado de 28/01/2016, apresentado por **CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.**, para abertura de vala numa extensão de 15,00 metros de passeio, para realização de trabalhos em subsolo, referentes a uma baixada de energia elétrica (ramal da EDP), a levar a cabo em **Rua Álvaro Barros, n.º 5**, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente documento emitido pela EDP, concessionária do serviço público de energia elétrica, a atribuir qualificação à sociedade requerente para realização de obras na rede de distribuição de energia elétrica da EDP Distribuição.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 18/02/2016, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala numa extensão de 15,00 metros de passeio, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Energia Elétrica, apresentado por CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., a levar a cabo em Rua Álvaro Barros, n.º 5 freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMG), em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 216/16, DATADO DE 15/02/2016 – PC N.º 159/2015, DATADO DE 29/03/2012 – CRESMOEL - CENTRAL DE RESERVAS E GESTÃO DE HABITAÇÕES LDA

139 - Presente exposição registada sob o n.º 216/16, datada de 15/02/2016, apresentada por CRESMOEL – CENTRAL RESERVAS GESTÃO DE HABITAÇÕES & CONDOMÍNIOS, LDA., detentora do NIPC 501 997 970, com sede na Av. 1.º de Maio, n.º 3A 2430-208 Marinha Grande, reportando a manutenção das condições de insalubridade no edifício designado como “Centro Comercial Lumar”, sito na Rua Professor Dr. Virgílio de Moraes, Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial com o n.º 1246 e na Matriz Predial Urbana sob o artigo n.º 10815;

Presente deliberação tomada em reunião de Câmara realizada a 11/07/2013, a determinar a execução de obras de reparação, em conformidade com o Auto relativo à vistoria realizada a 04/04/2013;

Presente informação técnica datada de 16/02/2016, referindo a necessidade de se efetivar **nova vistoria à totalidade do edifício**, nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro;

Após análise da exposição, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara delibera:

1.- DETERMINAR, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 90º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a realização de vistoria prévia à totalidade do edifício designado como “Centro Comercial Lumar”, sito na rua Professor Dr. Virgílio de Moraes, Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial com o n.º 1246 e na Matriz Predial Urbana sob o artigo n.º 10.815, incluindo todas as suas frações, em número de 50, e partes comuns;

2.- NOTIFICAR, no âmbito do n.º 2 do mesmo articulado legal, os titulares do imóvel, através das administrações dos respetivos condomínios, nomeadamente a CEMPORMIL – SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS, LDA., com sede na Av. Vitor Gallo, Lote 13 – 1ª Esq.º 2430-202 Marinha Grande, e a CRESMOEL – CENTRAL RESERVAS GESTÃO DE HABITAÇÕES & CONDOMÍNIOS, LDA., com sede na Av. 1ª de Maio, n.º 3A 2430-208 Marinha Grande, por carta registada, da decisão de realização da vistoria prévia, a realizar no dia 23 de março de 2016, devendo estas entidades assegurar, junto dos condóminos que representam, o acesso da Comissão à totalidade do imóvel, informando-os que poderão indicar, até à véspera da vistoria, um perito para intervir na realização da mesma e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados, nos termos do n.º 3 do artigo referido no n.º 1 da presente informação.

3.- NOMEAR, ao abrigo do n.º 1 do artigo 90º do RJUE, como membros da Comissão de Vistorias, os seguintes técnicos:

3.1.- Efetivos:

- a) Alexandre Fava, arquiteto;
- b) Jorge Junqueira, engenheiro civil;
- c) Eunice Marques, geógrafa.

3.2.- Suplentes:

- a) Ricardo Santos, arquiteto;
- b) Rui Vicente, engenheiro civil;
- c) Vasco Fernandes, engenheiro

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**19 - REQ. N. 252/16, DATADO DE 23/02/2016 – PC N.º 416/15, DATADO DE 06/11/2015
– NUNO MIGUEL GOMES FERREIRA NORTE DE JESUS**

140 - Presente processo n.º 416/15, registado em 2015/11/06, referente ao pedido de licenciamento da obra de demolição de construção existente no prédio sito na rua Guilherme Pereira Roldão n.º 21, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 19.983-P e descrito na

Conservatória do registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20123, bem como o pedido de licenciamento da obra de construção de uma moradia e construção de muros de vedação para o referido prédio, apresentado por NUNO MIGUEL GOMES FERREIRA NORTE DE JESUS, com o NIF 225217058, residente na rua Guilherme Pereira Roldão n.º 21, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2016/02/18.

Do prédio objeto do pedido com 311 m2, serão cedidos ao domínio público 17,80 m2 para alargamento do arruamento da rua Santa Isabel. Após a cedência o prédio ficará com a área de 293,20 m2.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2016/02/26, que atesta, encontrar-se o processo em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação sobre o pedido.

Após análise do processo n.º 416/15, registado em 2015/11/06, referente ao pedido de licenciamento da obra de demolição de construção existente no prédio sito na rua Guilherme Pereira Roldão n.º 21, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 19.983-P e descrito na Conservatória do registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.123, bem como o pedido de licenciamento da obra de construção de uma moradia e construção de muros de vedação para o referido prédio, apresentado por NUNO MIGUEL GOMES FERREIRA NORTE DE JESUS, com o NIF 225217058, residente na rua Guilherme Pereira Roldão n.º 21, freguesia e concelho de Marinha Grande, com projeto de arquitetura aprovado na reunião de câmara Municipal de 2016/02/18, bem como do parecer técnico datado de 2016/02/22, a Câmara Municipal delibera nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, DEFERIR o mesmo.

Mais delibera ACEITAR A CEDÊNCIA para o domínio público de uma parcela de terreno com a área de 17,80 m2, para alargamento do traçado da Rua Santa Isabel. Após a cedência, o prédio, com a área inicial de 311,00 m2, ficará com a área de 293,20 m2.

Delibera, ainda:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

- 3- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.
- 4- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário a ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.
- 5- Os muros de vedação a construir junto da via pública, deverão observar o disposto no artigo 18.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.
- 6- Deverá assegurar a execução do remate da Rua Santa Isabel com material idêntico ao existente.
- 7- Deverá assegurar execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
- 8- Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação.
- 9- A concessão da autorização de utilização fica condiciona à prévia apresentação da certidão da Conservatória do Registo Predial atualizada com registo da cedência ao domínio público de 17,80 m2 do prédio objeto do pedido.
- 10- Deverá solicitar aos serviços camarários de Águas e Saneamento a ligação da rede de água e rede de água residual doméstica, às redes públicas de abastecimento de águas e residuais domésticas existentes na rua.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

141 - A Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande-Capela da Albergaria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização de Jantar Dançante com Duo Musica F & M no dia 8 de março de 2016;
- Publicidade ao evento.

Presente informação nº 7/AF de 29 de fevereiro de 2016, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande-Capela da Albergaria do pagamento das taxas devidas pela emissão da licença especial de ruído e da licença de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: CÉLIA MARGARIDA DOMINGUES CASEIRO – DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE DEFERIMENTO CONDICIONADO DO PEDIDO, DE 25.06.2015 – APRESENTAÇÃO DE FATURA NA DFTI, PARA EFEITOS DE PAGAMENTO, COM VALORES DISTINTOS AOS ORÇAMENTADOS E ÀQUELES PRESENTES NA REUNIÃO CAMARÁRIA DE 25.06.2015 - APRECIACÃO

142 - Presente requerimento n.º E/9765/2014, de 24.11.2014, apresentado pela lesada Célia Margarida Domingues Caseiro, na qual junta orçamento de reparação do veículo Ford C-Max, com a matrícula 88-MB-79 e imagens fotográficas dos danos ocorridos no veículo automóvel e do buraco existente na faixa de rodagem da Estrada da Charneca da Amieira, requerendo indemnização no valor de 653,60 € correspondente ao valor da reparação dos danos causados no referido veículo, em 31 de outubro de 2014, quando circulava na via de circulação rodoviária mencionada e o veículo embateu num buraco nesta existente;

Presente Informação da DOT – Serviço de Informação Geográfica – n.º DG/01/2015;

Presente Informação da DISU – Área de conservação e renovação das infraestruturas viárias;

Presente ofício de saída n.º 627/2015, enviado à requerente, solicitando esclarecimentos quanto ao sujeito que suportou a reparação dos danos ocorridos no veículo automóvel com a matrícula 88 – MB – 79 e o esclarecimento prestado pela requerente Célia Margarida Domingues Caseiro, ao qual corresponde o registo de entrada n.º 1961/2015;

Presente Informação Jurídica n.º 336/2015, de 27.05.2015, a qual conclui que se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
03/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Presente deliberação camarária de 25.06.2015, na qual a Câmara Municipal, pelos motivos nela mencionados, deliberou indemnizar a lesada Célia Margarida Domingues Caseiro, no montante de seiscentos e cinquenta e três euros e sessenta cêntimos, ficando o referido pagamento condicionado à apresentação nesta Câmara Municipal do original da fatura e recibo emitidos em nome da requerente, pela Sociedade Car Check, Comércio e Reparação Automóvel, Lda e à entrega de uma declaração emitida pela Companhia Axa Seguros, na qual o veículo portador da matrícula 88 – MB – 79 se encontra segurado – apólice n.º 0045.10.013570 – mencionando que não foi àquela participado o sinistro ocorrido em 31.10.2014;

Presente Informação n.º 55SAB/2015, de 07.08.2015, da área da Contabilidade, dando conhecimento que quer os elementos constantes no orçamento apresentado pela requerente quer os respectivos montantes pecuniários não correspondem à fatura/recibo posteriormente apresentada pela requerente, na Contabilidade;

Presente esclarecimentos prestados pela requerente quanto à divergência existente entre o orçamento n.º 2014/132, de 05.11.2014 e fatura/recibo n.º 2014/1560, de 05.11.2014, emitidos pela Sociedade Carcheck Comércio e Reparação Automóvel, Lda, – registo de entrada n.º 8280/2015, de 29.09.2015;

Presente Informação n.º 1726/2015, de 17.12.2015, da Divisão Jurídica e de Comunicação, respeitante ao montante pecuniário indemnizatório a pagar à requerente Célia Margarida Domingues Caseiro, perante a não coincidência dos valores faturados dos bens e serviços face àqueles constantes no orçamento presente em reunião camarária de 25.06.2015;

Presente e-mail, de 29.12.2015, da área da Contabilidade, informando que no âmbito do processo administrativo de responsabilidade civil extracontratual do Município da Marinha Grande, em que é requerente/lesada Célia Margarida Domingues Caseiro, houve lugar a estorno do montante pecuniário cabimentado em 2015, pelo que deveria a matéria do processo ser apreciada, novamente, pela Câmara Municipal.

A Câmara Municipal, concordando com a Informação Jurídica n.º 336/2015, de 27.05.2015, a qual conclui que se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande, de acordo com o artigo 7.º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, e ainda com a informação n.º 1726/2015, de 17.12.2015, da Divisão Jurídica e de Comunicação, que se dá por reproduzida, delibera indemnizar a requerente Célia Margarida Domingues Caseiro, contribuinte n.º 191 139 718, quanto aos bens e serviços a esta fornecidos que comprovadamente decorreram do sinistro ocorrido em 31.10.2014 com o veículo automóvel portador da matrícula 88-MB-79, os quais se encontram elencados no orçamento 2014/132, de 05.11.2014, elaborado pela Sociedade Carcheck Comércio e Reparação Automóvel, Lda, os quais perfazem o valor total de 445,76 € (quatrocentos e quarenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos), tendo em conta os montantes pecuniários àqueles associados na fatura n.º 2014/1560, de 05.11.2014, emitida pela referida Sociedade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - EMPREITADA DE: ABERTURA DE ARRUAMENTO PARALELO À ESTRADA DOS GUILHERMES E DUAS INTERSECÇÕES GIRATÓRIAS - CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2010. EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.

143 - O Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, veio estabelecer um regime excecional e temporário de liberação das cauções prestadas para garantia da execução dos contratos de empreitada de obras públicas, com vista a diminuir os custos e os sacrifícios acrescidos para as estruturas financeiras das empresas.

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e do n.º 5 do artigo 3.º, do Decreto-Lei 190/2012, de 22 de agosto, a extinção parcial das cauções prestadas no âmbito de um contrato de empreitada de obras públicas depende da realização de vistoria, da qual se lavra auto que deve declarar, se for o caso, que não existem defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto e tendo em conta o teor do respetivo auto de vistoria, delibera autorizar a liberação parcial da caução prestada no âmbito da empreitada de “Abertura de arruamento paralelo à estrada dos Guilhermes e duas intersecções giratórias - Concurso público n.º 04/2010”, em 75% do seu valor.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

23 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 128º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS E NOS TERMOS DO PRECEITUADO NO N.º 5, DO ARTIGO 75º, DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

Sobre este processo registaram-se as seguintes intervenções:

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que não concorda com a despesa referente à participação no III Encontro Ibérico dos Orçamentos Participativos (RI 13250 - passagem aérea Lisboa/Ponta Delgada/Lisboa e almoços), porque da consulta que efetuou ao programa não consta qualquer intervenção da CMMG e porque o encontro se destina a troca de experiências no âmbito dos orçamentos participativos. Assim sendo, entende que deveria estar presente a coordenadora e a equipa do orçamento participativo do Município. Não compreende qual foi o envolvimento que o Adjunto do Sr. Presidente teve neste

processo para ir agora trocar experiências sobre orçamentos participativos. Por outro lado, e em relação ao 2.º elemento que irá estar presente, não percebe que função é que ele teve ou tem na Câmara.

Por estas razões não concorda com a referida despesa e propõe que seja retirada do mapa e votada separadamente.

O **Sr. Presidente** explicou que ele não pode ir e que a Coordenadora do Orçamento Participativo foi indagada e não mostrou interesse, razão para ter indicado o seu Adjunto. Por outro lado, como este ano vai ser implementado o orçamento jovem participativo, foi indicado o 2.º elemento, que é o Presidente do Conselho Municipal da Juventude.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que não vê inconveniente nesta separação, e que até se poderiam votar as despesas desagregadas, mas a ser feito abre-se um precedente, e a partir de agora quando algum Vereador não concordar com alguma despesa vai pedir o mesmo. É fastidioso, mas não se opõe à desagregação. Vai-se opor à proposta, se for colocada a votação.

Terminadas estas intervenções, o **Sr. Presidente** disse que como democrata que é aceita a separação da despesa proposta pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira, e por isso neste processo verificar-se-ão **duas votações**.

Assim, em primeiro lugar pôs a votação a seguinte proposta, relativa à emissão de parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1, retirando a despesa relativa à RI 13250:

144 - O Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro, preceitua, no seu objeto, que o regime transitório de execução orçamental, previsto no artigo 12.º-H da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho, deve obedecer ao estabelecido neste decreto-lei, até à entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2016, considerando que, por força desse artigo, mantido em vigor *ex vi* n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, foi determinada a prorrogação da vigência da Lei do Orçamento do Estado do ano anterior, 2015, designadamente nas situações em que não tenha sido apresentada a proposta de lei do Orçamento do Estado.

Considerando a relação de serviços a contratar que consta do Anexo 1, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas da Câmara Municipal da Marinha Grande, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: *“(...)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(…)”*

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em Anexo 1 consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia.

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€, sem IVA, e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro,

alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do
- Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

E atendendo a que,

- a) A globalidade das tarefas que constam dos processos referenciados no Anexo 1 serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.
- b) Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes do Anexo 1, tendo sido emitidos os cabimentos pelo serviço de Contabilidade.
- c) O procedimento a adotar em todos os processos que constam do Anexo 1 é o Ajuste Direto Regime Simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos e que em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer

adjudicação sem documento que ateste a existência de situação regular, pelo que, se afigura, face aos elementos constantes de cada um dos processos identificados no Anexo 1, da inexistência de qualquer impedimento à contratação das entidades referidas no anexo.

- d) É efetuada a demonstração do cumprimento da aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro, nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro e no artigo 2º da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, conforme documentos apensos a cada um dos processos constantes do Anexo 1.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretendem celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1, retirando a despesa relativa à RI 13250.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

145 - Seguidamente, e com os mesmos fundamentos, o Sr. Presidente pôs a votação a emissão de parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1, correspondente à RI 13250.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor da contratação da despesa e 3 votos contra, dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira, Vítor Pereira e Alexandra Dengucho.

O Sr. Vereador António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:

“Eu votei favoravelmente tendo em atenção o seguinte, a saber:
- trata-se de um poder próprio do Presidente;
- a quantia é exígua;
- contribui fortemente para a aquisição de conhecimentos.”

O Sr. Vereador Carlos Logrado subscreveu a declaração de voto do Sr. Vereador António Santos.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto contra à contratação dos serviços referidos no anexo I no que respeita às despesas inerentes à participação do Dr. Nelson Araújo, adjunto do Sr. Presidente, e do Sr. Telmo Reis, cujas funções no Município desconheço, bem como se o mesmo é, ou não, colaborador da CM, no III Encontro Ibérico de orçamentos participativos (7, 8 e 9 de Abril em Ponta Delgada). Considero esta designação abusiva e indevida por parte do Sr. Presidente.

Considero inconcebível que, da equipa que esteve envolvida na construção e dinamização do orçamento participativo no Município, designadamente Dr.ª Madalena Oliveira Coordenadora do processo), a Eng.ª Susana Silva, a Dr.ª Inês Marrazes, a Arqt.ª Isabel Alves e a Dr.ª Sandra Paiva (responsabilidade financeira), nem um destes elementos participe na iniciativa em apreço. Sabendo que o Encontro tem o propósito de enriquecer a partilha do saber feito, das experiências de cada um, a partilha de informações, a troca de opiniões e a apreciação crítica, considero que qualquer uma das colaboradoras que citei dará, seguramente, um melhor contributo à reflexão e beneficiará do conhecimento adquirido, trazendo-o para o trabalho que realiza no Município.

Lamentavelmente, este executivo demonstra falta de capacidade de gestão dos recursos humanos, não percebe o propósito de formar colaboradores, nem a vantagem de os ter mais habilitados no exercício das funções públicas.”

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Esta declaração de voto que acabámos de ouvir é uma completa ingerência numa decisão tomada pelo Presidente da Câmara, na sua delegação de representação em quem ele entender, direito este da sua competência.

Para além disso, trata-se também de participar numa iniciativa onde se irá falar do Orçamento Jovem Participativo, e se queremos que os jovens sejam participantes ativos nos destinos das políticas do nosso concelho, lamenta-se que seja posta em causa a ida do Presidente do Conselho Municipal da Juventude e que se tenham comentários, no fundo, considero eu, antidemocratas, ao pôr-se em causa qual o partido que possa representar, uma vez que a sua representação se resume ao seu cargo.

A democracia ensinou-nos que somos livres de optar politicamente pelo partido ou pelas políticas dos partidos que entendermos e não podemos coartar a participação em representações dependendo do que é a cor política das pessoas.

Terá também o Sr. Presidente todo o direito em fazer-se representar por qualquer um dos elementos do seu gabinete, não devendo ser postas em causa por alguém as suas determinações.”

O Sr. Presidente subscreveu a declaração de voto da Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira.

24 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE” PARA O PERÍODO DE 54 MESES, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

146 - O Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro, preceitua, no seu objeto, que o regime transitório de execução orçamental, previsto no artigo 12.º-H da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho, deve obedecer ao estabelecido neste decreto-lei, até à entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2016, considerando que, por força desse artigo, mantido em vigor *ex vi* n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, foi determinada a prorrogação da vigência da Lei do Orçamento do Estado do ano anterior, 2015, designadamente nas situações em que não tenha sido apresentada a proposta de lei do Orçamento do Estado.

Atento o exposto e considerando que:

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro,

alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória, prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de setembro e no artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2015.

A informação SS.04.2016 e requisição interna n.º 14620 do serviço da DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, manifestam a necessidade da contratualização da prestação de serviços de *“Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande”*, para o período de 54 meses, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

A Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 29/02/2016, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
03/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

O contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o concurso público com publicidade internacional, previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, não sendo conhecida a contraparte com quem o mesmo será celebrado pelo que os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às obrigações fiscais e para com a segurança social serão apresentados pelo adjudicatário no decurso do procedimento de contratação pública.

Se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2016 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 para contratar a prestação de serviços de *“Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande”*, para o período de 54 meses, na classificação orgânica/económica 07/02022509, na ação do PAM 2015/A/135, tendo sido emitido o respetivo cabimento pelos serviços de contabilidade, atento o preço base a aplicar de 2.050.175,13 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

A Assembleia Municipal, na sua sessão 26/02/2016, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais para a contratação da *“Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande”*, para o período de 54 meses, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, nos termos constantes da deliberação do órgão deliberativo que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, na sua redação atual e o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande”*, para o período de 54 meses.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA PARA A “RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE” PARA O PERÍODO DE 54 MESES.

Assunto retirado da ordem do dia.

26 - P.A. N.º 83/2014 - AP/DISU - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO E EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL - MODIFICAÇÃO CONTRATO N.º 1/2015

147 - Presente o despacho n.º 66/2016, datado de 29/02/2016, do Presidente da Câmara, que se transcreve na íntegra:

“Presente informação, da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, na qual se enquadra o objeto da requisição interna n.º 14623, justificando-se a necessidade e o fundamento da despesa, que se dá por integralmente reproduzida.

Em 29 de janeiro de 2015, foi celebrado um contrato de fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial, com a empresa Galp Power, SA.

Em 25 de janeiro de 2016, foi celebrado um contrato de fornecimento de energia elétrica para o concelho da Marinha Grande, com a empresa EDP Comercial – Comercialização de Energia, SA, com início a 1 de fevereiro seguinte, mas com produção de efeitos, em relação a cada um dos locais de consumo, na data em que estiverem concluídos os procedimentos de mudança de comercializador.

O procedimento de mudança de comercializador é da responsabilidade do fornecedor de energia contratado e deve ocorrer de forma a impedir qualquer hiato no fornecimento de energia em relação a edifícios e equipamentos públicos que prestam serviços essenciais.

A situação identificada na informação técnica acima citada decorreu, em exclusivo, de dificuldades inerentes ao procedimento de mudança de comercializador (no caso da Galp Power, SA para a EDP Comercial – Comercialização de Energia, SA).

A impossibilidade de interrupção do fornecimento de energia a equipamentos como as piscinas municipais, furos de captação de água, estações elevatórias, edifícios de utilização coletiva e parques públicos impôs a modificação de facto do contrato vigente a 31 de janeiro de 2016, pelo período de tempo estritamente necessário à resolução do problema, a cargo, repita-se, do novo fornecedor de energia.

Os contratos de fornecimento de bens podem ser modificados por acordo entre as partes, assentes em razões de interesse público (artigos 311.º, n.º 1, alínea a) e 312.º, alínea b), ambos do Código dos Contratos Públicos).

A modificação do contrato não pode, no entanto, configurar uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência, nem conduzir à alteração das prestações principais que integram o objeto do contrato (artigo 313.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos).

O contrato celebrado em 29 de janeiro de 2015, foi precedido de procedimento de formação previsto no Código dos Contratos Públicos, no âmbito do qual apenas foi apresentada uma proposta.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
03/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

A modificação do contrato não afeta as prestações principais que integram o seu objeto, limitando-se a garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica a edifícios e equipamentos que estão afetos a funções de indiscutível interesse público.

Nesta medida, estão respeitados os limites à modificação do contrato enunciados no n.º 1, do artigo 313.º, do Código dos Contratos Públicos.

A modificação do contrato que se destina a assegurar a inexistência de interrupção de fornecimento de energia nos locais de consumo identificados em anexo implica a dilação da vigência do contrato pelo período de tempo estritamente necessário à efetiva operacionalização da mudança de fornecedor, estimada em dois meses, traduzindo-se na assunção de encargos decorrentes dos consumos de energia verificados nesse período, com início em 1 de fevereiro passado, cujo valor total é estimado em cinquenta e cinco mil, duzentos e setenta e um euros e noventa e quatro centimos.

A existência de exigências imperiosas de direito público permite a atribuição de efeitos retroativos ao contrato, desde que esta não seja proibida por lei, não lese direitos de terceiros e não impeça, restrinja ou falseie a concorrência (artigo 287.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos).

Como se demonstrou e encontra pormenorizado reporte na informação técnica identificada, a modificação do contrato, nos termos delineados, emana de uma exigência imperiosa de direito público, a garantia da prestação de serviços essenciais à população, e contém-se no perímetro das condições que consentem a atribuição de eficácia retroativa ao contrato modificativo.

A presente decisão é urgente e inadiável por assentar na conformação de uma situação de facto com o regime legal aplicável e, de igual modo, por se destinar a assegurar a continuidade do fornecimento de energia elétrica a edifícios e equipamentos municipais, não se justificando a convocatória de uma reunião extraordinária por estar já marcada uma reunião ordinária no prazo mínimo de agendamento daquela.

Assim, determino a modificação objetiva do contrato n.º 01/2015, de 29 de janeiro, celebrado com a empresa Galp Power, SA, ampliando os seus efeitos pelo período estimado de 60 dias, a contar de 1 de fevereiro de 2016, para os locais de consumo identificados e pelas quantidades constantes do mapa anexo, no valor total estimado de 55.271,94 euros (cinquenta e cinco mil, duzentos e setenta e um euros e noventa e quatro centimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor, de acordo com os artigos 287.º, n.º 2, 311.º, n.º 1, alínea a) e 312.º, alínea b), todos do Código dos Contratos Públicos, do artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e do artigo 33.º, n.º 1, alínea f) e n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 73/2015, de 12 de setembro.

Mais aprovo a minuta do contrato adicional a celebrar.

O presente despacho deve ser objeto de ratificação pela Câmara Municipal."

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

A despesa inerente a esta adjudicação será satisfeita pela dotação existente nas classificações orgânica/económica 0103/020201 e 0103/06020399, na ações do PAM 2014/A/3 e 2014/A/4, tendo sido emitida a proposta de cabimento n.º 546/2016, os compromissos n.º 457/2016 e 458/2016, contracções de dívida 4038 e 4039, atento o preceituado no n.º 3 do art.º 5º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro.

A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 35º n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de Setembro, ratificar o despacho n.º 66/2016 de 29 de fevereiro de 2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE. ADITAMENTO PARA 2016.

148 - Em reunião camarária de 3 de setembro de 2015, a Câmara Municipal deliberou aprovar a celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município da Marinha Grande e o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente, para fornecimento de refeições aos alunos da Escola Básica do 1.º Ciclo Guilherme Stephens e alunos do jardim-de-infância e do 1.º ciclo do ensino básico da Amieirinha.

Considerando que o protocolo foi assinado no dia 14 de setembro de 2015, para uma quantidade total estimada de 23.977 refeições a fornecer no decurso do ano letivo 2015/2016.

Considerando a informação I/140/2016 de 01.02.2016, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, que explicita a necessidade de se proceder ao aditamento de 6.250 refeições ao protocolo celebrado no dia 15 de Setembro de 2015, de modo a garantir o fornecimento de refeições à globalidade dos alunos até ao final do ano lectivo 2015/2016.

Considerando que nos termos da referida informação a necessidade deste aditamento é justificada pelo aumento do número de alunos a frequentar o jardim-de-infância e escola da Amieirinha.

A Câmara Municipal analisou o teor da referida informação e delibera, de acordo com a competência prevista na alínea hh) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprovar a minuta de aditamento ao protocolo de colaboração celebrado a 15 de Setembro de 2015, num total de 6.250 refeições, das quais 5.000 refeições são ao preço unitário de 1,72 € e 1.250 refeições ao preço unitário de 0,26€.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “MANUTENÇÃO DA ZONA DESPORTIVA DA MARINHA GRANDE” PARA O PERÍODO DE 24 MESES, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

149 - O Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro, preceitua, no seu objeto, que o regime transitório de execução orçamental, previsto no artigo 12.º-H da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho, deve obedecer ao estabelecido neste decreto-lei, até à entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2016, considerando que, por força desse artigo, mantido em vigor *ex vi* n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, foi determinada a prorrogação da vigência da Lei do Orçamento do Estado do ano anterior, 2015, designadamente nas situações em que não tenha sido apresentada a proposta de lei do Orçamento do Estado.

Atento o exposto e considerando que:

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro,

alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória, prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de setembro e no artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2015.

A informação I/154/2016 de 03/02/2016 e requisição interna 9837/2016, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, onde se manifesta a necessidade de contratar a prestação de serviços de *"Manutenção da zona desportiva da Marinha Grande"* para o período de 24 meses, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

A Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 22/02/2016, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

O contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o concurso público, previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, não sendo conhecida a contraparte com quem o mesmo será celebrado pelo que os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às obrigações fiscais e para com a segurança social serão apresentados pelo adjudicatário no decurso do procedimento de contratação pública.

Se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2016 a dotação para a assunção de despesa no anos de 2016, 2017 e 2018 para contratar a prestação de serviços de *"Manutenção da zona desportiva da Marinha Grande"* para o período de 24 meses, na classificação orgânica/económica 06/020203, nas ações do PAM 2014/A/138, 2014/A/139, 2015/A/183, 2015/A/184, tendo sido emitido o respetivo cabimento pelos serviços de contabilidade, atento o preço base a aplicar de 48.000 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

A alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 15/12/2015, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de *"Manutenção da zona desportiva da Marinha Grande"* para o período de 24 meses.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA DE LEIRIA /PRAIA DA VIEIRA – CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2016. DELIBERAÇÃO INICIAL.

150 - Presente informação com a ref.ª CS/02/2016 e projeto de execução, cuja coordenação foi assegurada pela Divisão de Ordenamento do Território, composto por peças desenhadas e peças escritas, nomeadamente projeto de execução, memória descritiva e justificativa, caderno de encargos (cláusulas técnicas cláusulas gerais), programa de procedimento,

plano de segurança e saúde, mapa de quantidades e orçamento, plano de prevenção e gestão de resíduos referentes à obra em epígrafe.

A requalificação da estrada Vieira de Leiria /Praia da Vieira vai permitir a interligação entre a Vila e a Praia, apostando-se no desenvolvimento de percursos cicláveis e pedestres na faixa litoral do território, num esforço consciente de proporcionar alternativas de circulação ambientalmente sustentável, promovendo a adoção de um estilo de vida saudável, quer na prática de cicloturismo, quer nas caminhadas, muito utilizadas pela população e por muitos daqueles que nos visitam.

O preço base do concurso é de 936.455,84 euros e o prazo de execução é de 180 dias.

A Câmara Municipal, nos termos conjugados dos artigos 16.º, n.º 1, alínea b), 19.º, alínea b), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- a) tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) escolher o procedimento de concurso público, em função do valor estimado do contrato, de acordo com o orçamento que integra o projeto de execução;
- c) autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato;
- d) aprovar as peças do procedimento (programa do procedimento, caderno de encargos e projeto de execução), que passam a integrar o procedimento administrativo;
- e) designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição: Cláudia Mota (Presidente), Cristina Silva (Vogal), Mauro Oliveira (Secretário) e como suplentes Rui Vicente e Isabel Alves.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS – AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO EXCECIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL E DO N.º 2 DO ART.º 6.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL

151 - Considerando que a alínea f) do art.º 3 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 22/2015 de 17 de março, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, adiante designada por LCPA, preceitua que «Fundos disponíveis» são as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável, e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos, outros montantes autorizados nos termos do art.º 4.º do mesmo diploma legal.

Considerando que o art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, LCPA, determina que, a título excecional, podem ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados pela Câmara Municipal.

Considerando que o n.º 2 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterada e republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, determina que o aumento temporário dos fundos disponíveis a que se refere o art.º 4.º da LCPA só pode ser efetuado mediante recurso a montantes a cobrar ou a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso.

Considerando o mapa em anexo I e considerando que a despesa inerente se consubstancia na assunção de compromissos pelo seu valor integral, atento o disposto no n.º 1 do art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual.

A Câmara Municipal delibera autorizar o aumento temporário dos fundos disponíveis no montante de 97.500,00 euros, por antecipação da receita proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis a arrecadar no decorrer do ano de 2016, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 22/2015 de 17 de março, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, considerando o estrito cumprimento dos limites estabelecidos no n.º 2 do art.º 6 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterada e republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MARINHA GRANDE

Sobre este assunto o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** questionou o seguinte: tendo em conta que o valor deste ano (142.500,00 €) é superior ao do ano passado (140.000,00 €), que percentagem representa este valor na despesa total dos bombeiros, na sua missão da responsabilidade da Câmara de assegurar a proteção civil?

O **Sr. Presidente** respondeu que vai avaliar e que depois informará.

152 - Considerando que o Protocolo de Cooperação e apoio financeiro celebrado com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande cessou em 31 de dezembro de 2015.

Considerando que se justifica manter os apoios financeiros concedidos, na medida em que se trata do desenvolvimento de atividades que assumem um carácter imprescindível na salvaguarda de pessoas e bens.

Considerando que, relativamente ao apoio financeiro em presença, conjugam-se as seguintes disposições legais, nas suas redações atuais:

1. Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Estabelece o regime jurídico das autarquias locais:
 - a. Consagra, a «*Proteção Civil*» como atribuição do município - alínea j), do n.º 2, do artigo 23.º;
 - b. Atribui à câmara municipal a competência de «*deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes*» - alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º;
 - c. Confere ao presidente da câmara municipal a competência de «*dirigir, em articulação com os organismos da administração pública com competência no domínio da proteção civil, o serviço municipal de proteção civil, tendo em vista (...) a coordenação das atividades a desenvolver naquele âmbito, designadamente em operações de socorro e assistência (...)*» - alínea v), do n.º 1, do artigo 35.º.
2. Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto - Segunda alteração à Lei de Bases da Proteção Civil:
 - a. Determina que «*(...) a proteção civil é a atividade desenvolvida pelo Estado (...) e autarquias locais (...), com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe (...), proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo (...)*» - n.º 1, do artigo 5.º;
 - b. Acrescenta que «*a atividade de proteção civil tem um carácter permanente (...), cabendo a todos os órgãos (...) da Administração Pública, promover as condições indispensáveis à sua execução, de forma descentralizada (...)*» - n.º 2, do artigo 5.º;
 - c. Define que «*(...) são agentes de proteção civil, de acordo com as suas atribuições próprias: a) os corpos de bombeiros*» - n.º 1, do artigo 46.º;
 - d. E dispõe que «*(...) impende especial dever de cooperação com os agentes de proteção civil (...), sobre as seguintes entidades: a) Entidades de direito privado detentoras de corpos de bombeiros, nos termos da lei*» - número 1, do artigo 46.º-A.
3. Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro - Define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil e determina as competências do comandante operacional municipal:
 - a. Estipula que «*(...) São objetivos fundamentais da proteção civil municipal: a) Prevenir no território municipal os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou catástrofe deles resultante; (...) c) Socorrer e assistir no território municipal as pessoas (...) em perigo; (...)*» - n.º 1, do artigo 2.º;
 - b. E define que «*o presidente da câmara municipal é a autoridade municipal de proteção civil*» - n.º 1, do artigo 6.º.

4. Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho – Define o regime jurídico aplicável à constituição, organização, funcionamento e extinção dos corpos de bombeiros, no território nacional:
 - a. Determina que *«(...) constitui missão dos corpos de bombeiros: a) A prevenção e o combate a incêndios; b) O socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os acidentes; (...) d) O socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar (...)»* - n.º 1, do artigo 3.º.

Assim, a Câmara Municipal, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea o), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar o Protocolo de Cooperação e apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, que se dá por reproduzido e fica anexo (Anexo 1).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VIEIRA DE LEIRIA

Sobre este assunto o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** questionou o seguinte: tendo em conta que o valor deste ano (52.500,00 €) é superior ao do ano passado (50.000,00 €), que percentagem representa este valor na despesa total dos bombeiros, na sua missão da responsabilidade da Câmara de assegurar a proteção civil?

O **Sr. Presidente** respondeu que vai avaliar e que depois informará.

153 - Considerando que o Protocolo de Cooperação e apoio financeiro celebrado com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria cessou em 31 de dezembro de 2015.

Considerando que se justifica manter os apoios financeiros concedidos, na medida em que se trata do desenvolvimento de atividades que assumem um carácter imprescindível na salvaguarda de pessoas e bens.

Considerando que, relativamente ao apoio financeiro em presença, conjugam-se as seguintes disposições legais, nas suas redações atuais:

1. Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Estabelece o regime jurídico das autarquias locais:
 - a. Consagra, a *«Proteção Civil»* como atribuição do município - alínea j), do n.º 2, do artigo 23.º;

- b. Atribui à câmara municipal a competência de *«deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes»* - alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º;
 - c. Confere ao presidente da câmara municipal a competência de *«dirigir, em articulação com os organismos da administração pública com competência no domínio da proteção civil, o serviço municipal de proteção civil, tendo em vista (...) a coordenação das atividades a desenvolver naquele âmbito, designadamente em operações de socorro e assistência (...)»* - alínea v), do n.º 1, do artigo 35.º.
2. Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto - Segunda alteração à Lei de Bases da Proteção Civil:
- a. Determina que *«(...) a proteção civil é a atividade desenvolvida pelo Estado (...) e autarquias locais (...), com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe (...), proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo (...)»* - n.º 1, do artigo 5.º;
 - b. Acrescenta que *«a atividade de proteção civil tem um carácter permanente (...), cabendo a todos os órgãos (...) da Administração Pública, promover as condições indispensáveis à sua execução, de forma descentralizada (...)»* - n.º 2, do artigo 5.º;
 - c. Define que *«(...) são agentes de proteção civil, de acordo com as suas atribuições próprias: a) os corpos de bombeiros»* - n.º 1, do artigo 46.º;
 - d. E dispõe que *«(...) impende especial dever de cooperação com os agentes de proteção civil (...), sobre as seguintes entidades: a) Entidades de direito privado detentoras de corpos de bombeiros, nos termos da lei»* - número 1, do artigo 46.º-A.
3. Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro - Define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil e determina as competências do comandante operacional municipal:
- a. Estipula que *«(...) São objetivos fundamentais da proteção civil municipal: a) Prevenir no território municipal os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou catástrofe deles resultante; (...) c) Socorrer e assistir no território municipal as pessoas (...) em perigo; (...)»* - n.º 1, do artigo 2.º;
 - b. E define que *«o presidente da câmara municipal é a autoridade municipal de proteção civil»* - n.º 1, do artigo 6.º.
4. Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho - Define o regime jurídico aplicável à constituição, organização, funcionamento e extinção dos corpos de bombeiros, no território nacional:
- a. Determina que *«(...) constitui missão dos corpos de bombeiros: a) A prevenção e o combate a incêndios; b) O socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

acidentes; (...) d) O socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar (...)» - n.º 1, do artigo 3.º.

Assim, a Câmara Municipal, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea o), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar o Protocolo de Cooperação e apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, que se dá por reproduzido e fica anexo (Anexo 2).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - APRECIÇÃO DE CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 3º E 4º TRIMESTRE DO ANO 2015, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

154 - Presente informação n.º 1/183/2016 datada de 08 de fevereiro de 2016 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, dando conta da apreciação de 24 (vinte e quatro) processos de candidatura no âmbito do Programa de Incentivo à Natalidade e Apoio à família no concelho da Marinha Grande, que deram entrada no 3º trimestre de 2015 (2 processos) e no 4º trimestre de 2015 (22 processos), conforme estabelece o regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, aprovado na reunião de câmara de 16 de abril de 2014, e em sessão da Assembleia Municipal datada de 30 de abril de 2014;

1. Considerando que os 2 (dois) processos que deram entrada ao abrigo da alínea a) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento no 3º trimestre de 2015 e que foram sujeitos a audiência prévia, não cumprem as condições de atribuição do incentivo, consagrado na alínea a) e f), do artigo 3º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, no concelho da Marinha Grande, propõe-se o seu indeferimento com base nos seguintes fundamentos abaixo identificados:

1.1. Nos processos de candidatura abaixo identificadas e que deram entrada ao abrigo da alínea a) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, o rendimento global mensal do agregado familiar excede o valor equivalente a 4 (quatro) salários mínimos nacionais (SMN's), nomeadamente:

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF
E/6612/2015	Flávia Catarina Amorim Costa	228978076	Joaquim Alexandre Borges Pais	220919224
E/7362/2015	Mónica Sofia Ribeiro Marcelino	223746800	Fábio Alexandre Coutinho Matias	215976525

2. Considerando que dos 22 (vinte e dois) processos que deram entrada no 4º trimestre de 2015, ao abrigo da alínea a) ou b) do n.º 3 do artigo 2.º do citado regulamento, 17 (dezassete) candidaturas cumprem as condições de atribuição do incentivo consagradas nas

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

alíneas a) a f), do artigo 3.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, e atendendo ao definido na alínea a) ou b) do artigo 4.º do regulamento mencionado;

Propõe-se a atribuição dos seguintes subsídios aos requerentes abaixo identificados:

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF	Pagamento de 1ª tranche em 2016	Pagamento de 2ª tranche em 2016
E/708/2015	Joana Margarida da conceição Ferreira	216218080	Bruno Emanuel Ribeiro Domingos	224643746	125€	125€
E/707/2015	Sandra Sofia Mourinho Pereira	223065455	Nuno Miguel Marques Esteves	217105220	500€	500€
E/9063/2015	Célia Maria Miguel João	212251325	Pedro Rodolfo dos Santos Ferreira	226959597	125€	125€
E/9060/2015	Andreia Sofia de Sousa Calado	241607124	João Guilherme Nunes Nascimento	259775541	500€	500€
E/8504/2015	Sónia Marisa Travassos Pato Barreiros	246420405	Silvino Pereira Lopes	211515655	125€	125€
E/8560/2015	Georgina Alexandra Ferreira da Silva	234442824	Marco António Cordeiro Fernandes	239784111	125€	125€
E/10067/2015	Carla Sofia Silva Gomes	237579880	Sérgio Edgar Rodrigues Bento	224292145	125€	125€
E/10066/2015	José Manuel Coelho Pereira	210630043	Cláudia Alexandra de Sousa	264568940	125€	125€
E/10267/2015	Ilídio Manuel Matos Pires	194144836	Fátima Carina Carvalho Ferreira	230383238	125€	125€
E/10857/2015	Ana Rita Martins Silvestre	245826777	Filipe Alexandre Fadigas Gomes Coelho	221285105	125€	125€
E/10993/2015	Marta Catarina Correia Pedrosa	233789529	Paulo ricardo Pedrosa Heleno	197905781	125€	125€
E/723/2015	Sandra Isabel Fernandes dos Santos	223861715	-----	-----	500€	500€
E/725/2015	Ana Patrícia Ascenso Godinho	223272698	-----	-----	500€	500€
E/9065/2015	Arabella Duarte Jorge	257873147	-----	-----	500€	500€
E/8505/2015	Mara Filipa Gomes Rodrigues	218142749	-----	-----	125€	125€
E/715/2015	Sandra Sofia Domingues da Silva e Sousa	227474325	-----	-----	125€	125€
E/728/2015	Anabela Sousa Monteiro	224632787	-----	-----	125€	125€

3. Relativamente a 5 (cinco) processos abaixo identificados que deram entrada no 4º trimestre ao abrigo da alínea a) e b) do n.º 3 do artigo 2.º do citado regulamento, decorre audiência prévia nos termos dos artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo, pelo que serão objeto de apreciação futura:

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF
E/9558/2015	Ricardo José Teodósio de Oliveira	219678367	Inês Martinho Pereira de Oliveira	199213380

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

E/10489/2015	Vânia Oliveira Martins	217428940	Mário Rui Maranhão Laborinho Vidal	212748521
E/718/2015	Sónia Cristina Fonseca da Costa	221503870	Hélder Canoeiro dos Santos	221503870
E/703/2016	Tânia Beatriz Henriques Lagoa	210097880	-----	
E/10833/2015	Paula Cristina Jesus Oliveira	196813964	Paulo José da Cunha dos Santos	177636785

4. Deste modo e atendendo a que:

Os processos originais a que se refere a informação se encontram na Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, com a respetiva documentação;

A dotação financeira necessária está prevista na Ação 2014/A/75.

A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera, ao abrigo da alínea v) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto no artigo 9.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, deferir 17 (dezasete) candidaturas, mencionadas nesta deliberação, constantes nos documentos em anexo, e proceder ao pagamento do incentivo à natalidade ao primeiro progenitor requerente, nos processos abaixo identificados, calculado com base na alínea a) e b) do artigo 4.º do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no Concelho da Marinha Grande, nomeadamente:

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF	Pagamento de 1ª tranche em 2016	Pagamento de 2ª tranche em 2016
E/708/2015	Joana Margarida da conceição Ferreira	216218080	Bruno Emanuel Ribeiro Domingos	224643746	125€	125€
E/707/2015	Sandra Sofia Mourinho Pereira	223065455	Nuno Miguel Marques Esteves	217105220	500€	500€
E/9063/2015	Célia Maria Miguel João	212251325	Pedro Rodolfo dos Santos Ferreira	226959597	125€	125€
E/9060/2015	Andreia Sofia de Sousa Calado	241607124	João Guilherme Nunes Nascimento	259775541	500€	500€
E/8504/2015	Sónia Marisa Travassos Pato Barreiros	246420405	Silvino Pereira Lopes	211515655	125€	125€
E/8560/2015	Georgina Alexandra Ferreira da Silva	234442824	Marco António Cordeiro Fernandes	239784111	125€	125€
E/10067/2015	Carla Sofia Silva Gomes	237579880	Sérgio Edgar Rodrigues Bento	224292145	125€	125€
E/10066/2015	José Manuel Coelho Pereira	210630043	Cláudia Alexandra de Sousa	264568940	125€	125€
E/10267/2015	Ilídio Manuel Matos Pires	194144836	Fátima Carina Carvalho Ferreira	230383238	125€	125€
E/10857/2015	Ana Rita Martins Silvestre	245826777	Filipe Alexandre Fadigas Gomes Coelho	221285105	125€	125€
E/10993/2015	Marta Catarina Correia Pedrosa	233789529	Paulo ricardo Pedrosa Heleno	197905781	125€	125€
E/723/2015	Sandra Isabel Fernandes dos Santos	223861715	-----	-----	500€	500€
E/725/2015	Ana Patrícia Ascenso Godinho	223272698	-----	-----	500€	500€
E/9065/2015	Arabella Duarte Jorge	257873147	-----	-----	500€	500€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

E/8505/2015	Mara Filipa Gomes Rodrigues	218142749	-----	-----	125€	125€
E/715/2015	Sandra Sofia Domingues da Silva e Sousa	227474325	-----	-----	125€	125€
E/728/2015	Anabela Sousa Monteiro	224632787	-----	-----	125€	125€
Total					4000€	4000€

Delibera ainda o indeferimento de 2 candidaturas, relativamente às quais foi feita audiência prévia de acordo com o preceituado no n. 1 e do n. 2 do artigo 121º do Código do Procedimento Administrativo publicado em 7 de Janeiro de 2015, pelos motivos acima mencionados.

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF
E/6612/2015	Flávia Catarina Amorim Costa	228978076	Joaquim Alexandre Borges Pais	220919224
E/7362/2015	Mónica Sofia Ribeiro Marcelino	223746800	Fábio Alexandre Coutinho Matias	215976525

Mais delibera definir as datas limite de entrega dos documentos comprovativos de despesa, a saber:

Data limite de entrega de documentos para 1.ª Tranche	Até 30/03/2016
Data limite de entrega de documentos para 2.ª Tranche	Até 30/06/2016

Por fim, delibera que a não apresentação dos referidos documentos dentro dos prazos estabelecidos, determina a caducidade automática da presente deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

"Entendo que os critérios de atribuição previstos no artigo 4.º não são ajustados. Partem de um rendimento mensal dos agregados familiares e não consideram um rendimento per capita (por cabeça) aquele que permite perceber a relação do rendimento do agregado por cada elemento que o constitui. Ora, 1.000 € de rendimento de um agregado pode ser um rendimento razoável se ele for constituído apenas por duas pessoas mas será seguramente baixo se ele tiver oito pessoas. A análise da condição económica do agregado, que determinará o valor do apoio, será desajustada, injusta. Contudo, apesar destes pontos, considera-se favorável que a proposta agora apresentada pelo executivo permanente, contemple a noção de discriminação positiva na aplicação desta medida política que era uma das críticas que o Movimento pela Marinha sempre fez ao anterior regulamento."

34 - REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO DE DORA DE JESUS DA SILVA MARQUES, INQUILINA RESIDENTE NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE N.º 30, CAMARNAL, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

155 - Presente informação n.º 226 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 18 de fevereiro 2015, a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março do ano transato;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o artigo 21.º desta mesma Lei, prevê que: “o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (419,22€)”

Considerando que ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro: “... há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar.”

Considerando a alteração dos rendimentos do agregado familiar;

Considerando que o n.º 2 do artigo 37.º da referida Lei, determina que: “ quando o valor da renda em regime de arrendamento apoiado representar um aumento superior ao dobro da renda anterior, há lugar à sua aplicação faseada nos primeiros três anos, nas seguintes condições:

- a) No primeiro ano, o montante da renda corresponde ao da renda anterior, acrescido de um terço do valor do aumento verificado;
- b) No segundo e terceiro anos, ao montante da renda praticado em cada um dos anos anteriores é acrescido mais um terço do aumento.”

Considerando que nos termos do n.º 3, do artigo acima mencionado: “ durante o faseamento não é aplicável o regime de atualização anual da renda.”

Considerando que dada a redução do valor da renda, não se aplica a atualização faseada da mesma;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro: *"a renda atualizada ou revista nos termos dos números anteriores é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor."*

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro, proceder à revisão da renda de Dora de Jesus da Silva Marques, sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:

R.º Adriano Marques Nobre

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/16 (FEV.º)	RENTA/16 (MAI)
Dora de Jesus Silva Marques	30	22/03/2014	21,63€	11,14€

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro, que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil de maio do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 1.º ESQUERDO DO BLOCO M, SITO NA AVENIDA DA LIBERDADE, CASAL DE MALTA, A FAVOR DE MARIA DEL CARMEN BERMUDEZ MATA, POR MOTIVO DE FALECIMENTO DO TITULAR DO CONTRATO.

156 - Presente requerimento de Maria Del Carmen Bermudez Mata com o registo de entrada n.º 1251/2016, datado de 3 de fevereiro, a solicitar a mudança de titularidade da habitação, por morte da pessoa com a qual residia em união de facto.

Presente informação n.º 202 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 16 de fevereiro de 2016, a propor a transmissão do direito de arrendamento da habitação mencionada em epígrafe, para a pessoa que residia em economia comum com o primitivo arrendatário.

Considerando que Carlos José de Oliveira, arrendatário do Município da Marinha Grande, vivia em união de facto com Maria Del Carmen Bermudez Mata, há vários anos;

Considerando que o mesmo faleceu a 29 de dezembro do ano transato, conforme documento comprovativo apresentado;

Considerando que nos termos do n.º 3 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, a comunicação deve ser efetuada pelo interessado aos serviços municipais até 90 dias sobre a data do óbito.

Considerando a alínea b) do n.º 1 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, que determina que:

“A posição do arrendatário é transmitida nos casos de morte para pessoa que com ele residisse em economia comum há mais de um ano...”

Considerando, por último, a alínea b) do n.º 1 do art.º 1106 do Código Civil, na qual é determinado que: “ ***O arrendamento para habitação não caduca por morte do arrendatário, quando lhe sobreviva pessoa que com ele residisse em economia comum e há mais de um ano.***”

A Câmara analisou a referida informação e, delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande em vigor, transmitir o direito de arrendamento para o nome da pessoa que resida com o primitivo arrendatário, de seu nome Maria Del Carmen Bermudez Mata.

Mais delibera que, os recibos de renda mensal passem a ser emitidos em nome Maria Del Carmen Bermudez Mata, contribuinte fiscal número 240 647 092.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO REFERENTE À HABITAÇÃO TRANSMITIDA, POR MORTE DO TITULAR, A FAVOR DE MARIA DEL CARMEN BERMUDEZ MATA, SITA NA AVENIDA DA LIBERDADE BLOCO M 1.º ESQUERDO, CASAL DE MALTA.

157 - Presente informação n.º 207 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 16 de fevereiro 2015, a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março do corrente ano;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o artigo 21.º desta mesma Lei, prevê que: “o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T = taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (419,22€)”

Considerando que ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro: “... há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar.”

Considerando a alteração dos rendimentos do agregado familiar;

Considerando que o n.º 2 do artigo 37.º da referida Lei, determina que: “ *quando o valor da renda em regime de arrendamento apoiado representar um aumento superior ao dobro da renda anterior, há lugar à sua aplicação faseada nos primeiros três anos, nas seguintes condições:*

- a) *No primeiro ano, o montante da renda corresponde ao da renda anterior, acrescido de um terço do valor do aumento verificado;*
- b) *No segundo e terceiro anos, ao montante da renda praticado em cada um dos anos anteriores é acrescido mais um terço do aumento.”*

Considerando que nos termos do n.º 3, do artigo acima mencionado: “ *durante o faseamento não é aplicável o regime de atualização anual da renda.*”

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro proceder à revisão da renda de Maria Del Carmen Bermudez Barata, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/03/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Avenida da Liberdade:

MORADOR	BLOCO	FRAÇÃO	ANO DE CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16
Maria Del Carmen Mata	M	1.º Esq.º	21/04/1997	6,44€	4,19€

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro, que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil de maio do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia dois de março de dois mil e dezasseis, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **8.116.620,48 €** (oito milhões, cento e dezasseis mil, seiscentos e vinte euros e quarenta e oito cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

158 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:00 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião